



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JANAÍNA MALLMANN PERES**

**NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

**Um estudo da Avenida Getúlio Vargas,  
Chapecó – 1937-1945**

**CHAPECÓ**

**2018**

**JANAÍNA MALLMANN PERES**

**NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Um estudo da Avenida Getúlio Vargas,  
Chapecó – 1937-1945

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Fernando Vojniak

CHAPECÓ

2018

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Peres, Janaina Mallmann

Normatização do Espaço Urbano: Um estudo da Avenida Getúlio Vargas. Chapecó, 1937-1945 / Janaina Mallmann Peres. -- 2018.

64 f.:il.

Orientador: Fernando Vojniak.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História•Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. Estado Novo. 2. Cidade. 3. Urbano. 4. Normatização. 5. Chapecó. I. Vojniak, Fernando, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

À Cecília

## AGRADECIMENTOS

Família é o que nos define. São nossas primeiras referências de amor, cuidado e dedicação. Não tenho como iniciar os meus agradecimentos a não ser por minha mãe, *Mirian*, que me apoia e incentiva, dedicando seu tempo, amor e carinho na constituição do lar, como mãe e pai, mulher forte e determinada, que me motiva a ser melhor todos os dias. Aos meus avós, *Ereni* e *José Elemar*, por estarem sempre presentes na minha vida, lutando por um país melhor, atuantes nos movimentos sociais, que me ensinaram o que é justo e verdadeiro. Sou profundamente grata a minha família por me prepararem da forma mais amorosa que existe, formando meu senso crítico para identificar injustiças e buscar mudar os cenários que me insiro. À minha filha, *Cecília*, que preenche meus dias de curiosidades, sorrisos e um olhar cheio de esperança, sempre atenta ao que lhe cerca e com uma sensibilidade que contagia. Me constituem, me formam e me apoiam. Amo vocês!

A vida sem amigos é um tanto quanto vazia. Os amigos são a extensão de quem somos e o que procuramos no mundo. Tenho a sorte e a alegria de dividir meus dias com pessoas incríveis, que me apoiam e compreendem, nos dias mais felizes e nos dias difíceis também. *Caroline*, agradeço por você dividir de seus medos, desejos e sonhos comigo. Agradeço por me proporcionar a alegria de partilhar suas vitórias e suas angústias. Agradeço por ter me aproximado de *Isabela*, minha companheira de festas, risos, aleatoriedades e reflexões na madrugada. Igualmente importante na minha vida é a presença do *Bruno*, que me ensina todos os dias a importância do amor e os benefícios que encontramos na gratidão. Meu mestre, meu irmão. Passamos por bons e não tão bons momentos, mas sempre juntos e procurando encontrar as melhores opções para ficarmos bem. Amo vocês!

Um agradecimento, de maneira especial, a todos os docentes pertencentes ao colegiado do curso de História da UFFS, por ministrarem componentes curriculares visando uma formação crítica, completa e voltada para compreensão e solução de problemas históricos e sociais. Agradeço por todos os momentos de motivação, críticas e cobranças, risos e conversas que me formaram como pessoa e proporcionaram que me desenvolvesse como acadêmica.

Agradeço ao professor Fernando Vojniak, pelas conversas, orientações e revisões durante a realização da pesquisa. Agradeço por ter aceito o convite e me acompanhado durante o processo de escrita, elaboração e reelaboração das diversas versões enviadas, pela paciência e compreensão ao longo do andamento da pesquisa. Obrigada por me manter focada em meu objeto de pesquisa, quando eu insistia em voar para outras direções. Muito obrigada, mesmo!

*A cidade se embebe como uma esponja dessa  
onda que reflui das recordações e se dilata  
(Ítalo Calvino)*

## RESUMO

O trabalho tem por objetivo compreender o processo de modernização ocorrido em Chapecó, tendo como foco de análise a Avenida Getúlio Vargas, assim como a percepção de progresso que era entendido nos anos de estudo (1937-1945), período do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas. Analisar-se-á em que medida o ideal de normatização do espaço urbano se intensificou, durante os anos em questão, respaldado num “sentimento” de nacionalidade, civismo, progresso e modernidade. Para a análise foram utilizados materiais iconográficos, representações cartográficas e o jornal “A Voz de Chapecó”, com o intuito de perceber as alterações no espaço e as políticas de normatização utilizadas, por meio de discussões conceituais que envolvem o urbano e a concepção de cidade, tanto para os anos em questão, quanto uma consideração acerca dos termos debatidos na pesquisa. É, também, foco desta pesquisa, fomentar a discussão em relação às atribuições do espaço e as características adotadas ao longo dos anos estudados.

Palavras-chave: Estado Novo. Cidade. Urbano. Normatização. Chapecó.

## ABSTRACT

The objective of this work is to understand the process of modernization that took place in Chapecó, focusing on the Getulio Vargas Avenue, as well as the perception of progress that was understood in the years of study (1937-1945), the Estado Novo period under government of Getúlio Vargas. It will be analyzed to what extent the ideal of standardization of urban space has intensified during the years in question, supported by a "feeling" of nationality, citizenship, progress and modernity. For the analysis, we used iconographic materials, cartographic representations and the newspaper "A Voz de Chapecó", in order to perceive the changes in space and the normative policies used, through conceptual discussions that involve the urban and the city conception, both for the years in question and a consideration of the terms discussed in the survey. It is also the focus of this research, to foment the discussion regarding the attributions of the space and the characteristics adopted over the years studied.

Keywords: Estado Novo. City. Urban. Normatization. Chapecó.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visita do governador Adolfo Konder em uma propriedade ervateira.....	31
Figura 2: Construção da Avenida Getúlio Vargas e, ao centro Selistre de Campos.....	33
Figura 3: Desenho inicial da cidade de Chapecó, datado de 1931.....	36
Figura 4: Representação de cidade moderna, datada de 1938.....	38
Figura 5: Abertura de ruas e construções.....	42
Figura 6: Cotidiano da Cidade.....	44
Figura 7: Organização da cidade.....	46
Figura 8: Chapecó como cidade em processo de correção.....	49
Figura 9: Desfile Cívico.....	53
Figura 10: Desfile Cívico. Cidade melhor estruturada.....	54

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. MARCHAR É PRECISO: COLONIZAÇÃO COM ANSEIO DE MODERNIDADE.....</b>	<b>18</b>
2.1. POLÍTICA NACIONAL E INTERIORIZAÇÃO DA NAÇÃO.....	20
2.1.2. COLONIZAÇÃO E TERRITÓRIO.....	28
<b>3. CIDADE, PROJETOS E SUJEITOS.....</b>	<b>32</b>
3.1. O QUE É A CIDADE?.....	40
<b>4. OS LUGARES DA CIDADE.....</b>	<b>50</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Seres humanos possuem uma relação com o espaço em que vivem/circulam desde tempos remotos, seja em função da alimentação (caça, coletas, agricultura), seja nas relações de convívio social. Quando do surgimento das cidades, esta relação com outros seres humanos fica mais evidente e permeada de conflitos, assim como o espaço em que se estabelecem sofre alterações. No desenvolver deste trabalho, as relações que envolvem humanos e espaço urbano são apresentadas como um meio de sociabilidade, assim como, de manutenção de estruturas de poder.

O olhar sobre as cidades tem ganhado uma perspectiva diversificada, apontando as especificidades desses espaços, bem como as possibilidades de estudos acerca do tema. Nesse sentido, as pesquisas que englobam as relações entre o urbano, modernidade e progresso estão imbricados de maneira a se relacionarem, envolvendo outras áreas do conhecimento, como Arquitetura, Geografia, Engenharia, num trabalho interdisciplinar muito rico, conforme as pesquisas avançam.

Assim insere-se o objeto deste trabalho, pois ele tem por objetivo desenvolver as ideias que envolvem as ressonâncias de um campo de pesquisa amplo, como este. Utilizar ruas, vias, avenidas como objeto de uma pesquisa, torna-se algo desafiador e de retomada de valores pensados pelos seus executores. Chapecó, cidade em que se situa tal objeto, nasce da necessidade de um movimento nacional de políticas públicas para “preenchimento do território”, assim como o sentimento de transformação visando o progresso e a modernidade. Mais que uma necessidade proveniente de mandos nacionais, as elites locais também moldam com ênfase as alterações que o espaço urbano chapecoense passa. Ao decidir por tal temática, pensou-se em analisar como fora realizado o planejamento da cidade, através de um projeto que antecedeu a própria cidade, pensado e posteriormente executado pelo poder local, nesse sentido, problematizar as transformações ocorridas durante o Estado Novo. É também objetivo desta pesquisa analisar em que medida o ideal de normatização do espaço urbano se intensifica, respaldado num “sentimento” que envolve nacionalidade, civismo, progresso e modernidade, identificado com os discursos nacionais apropriados pela elite chapecoense na construção das relações de poder presente na cidade de Chapecó. Também compreender de que forma a imprensa escrita foi utilizada no contexto de construção de uma avenida moderna para Chapecó, como suporte do poderio local. É objetivo deste trabalho, também, analisar as

alterações no espaço geográfico onde se localiza o município, através das cartografias e iconografias, visando perceber o ideal de modernidade e progresso presente na época de análise.

A produção de pesquisas sobre as cidades, durante o início do século XX, foi apenas uma história das origens, com acontecimentos fundadores, personagens importantes e datas comemorativas, deixando de lado as possibilidades históricas que estão presentes nas cidades (PESAVENTO, 2007). Faz-se necessário encarar a cidade além de sua materialidade, além de suas construções, visando compreender quais os processos envolvidos para que ela se configure da maneira em que se encontra. Analisar uma cidade é estar ligado a um passado extremamente presente, já que as relações estabelecidas outrora ainda se materializam de alguma forma, no nosso cotidiano.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância de uma história das cidades, nos encontramos distantes dela. Absorvidos por um sistema marcado pela hora do relógio nos encontramos constantemente inertes às cidades, sem perceber as sutis mudanças que ocorrem. Cabe ao historiador rememorar e despertar esta história presente nos espaços citadinos, pois, sabemos dentro das cidades várias histórias se unem para nos fazer perceber que há uma concentração de histórias esperando para serem conhecidas e questionadas.

Analisar a cidade a partir de um ponto específico, como o caso desta pesquisa, onde o objeto principal é a Avenida Getúlio Vargas, faz pensar a existência de possibilidades diversas aguardando por um estudo mais detalhado, com maior comprometimento em compreender as especificidades dentro de uma pesquisa histórica. Outro fator que se faz necessário pensar, quando falamos em cidade, refere-se às relações de poder existentes dentro do espaço citadino. Perceber os impactos e sentidos destas relações é de vital importância para compreender as ressonâncias construídas na história da urbanização de Chapecó.

Há uma variedade no campo de pesquisa quando se pensa nas cidades, como escopo de análise, assim como várias pesquisas sobre o mesmo assunto. O conjunto de fontes que serão utilizados permite que o objeto de análise (Avenida Getúlio Vargas) seja percebido de ângulos distintos e complementares, almejando a contemplação do objeto passível de maior discussão. Deste modo, é importante pensar em como este trabalho está sustentado teoricamente, assim sendo, listaremos os textos e conceitos utilizados nesta pesquisa,

pensando nas relações de poder relacionadas à construção do sentimento de modernidade, progresso e civismo, existentes no período de análise.

A começar pelo livro de Luciano Aronne de Abreu (2007), *Um olhar regional sobre o Estado Novo*, que nos ajudará a compreender as relações de poder existentes durante o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas. Para o autor, neste período estariam inseridas as alterações que mudaram o modelo econômico nacional de somente agrário para, também, urbano-industrial. Coloca-se Getúlio Vargas como personagem principal dessas alterações que ocorreram, pois a partir do seu governo, as concepções políticas teriam também sido alteradas, subordinando oligarquias locais neste novo período histórico.

Outro autor que contribui muito para o debate acerca deste momento histórico é Alcir Lenharo (1986), em seu livro “Sacralização da Política”. Neste livro, o autor reflete sobre as relações que envolvem o poder político e sua legitimação na sociedade, pensando no discurso político exercido durante os anos 1930/1940. O trabalho de Lenharo se concentra na discussão em torno da “Marcha Para o Oeste”, apresentada por Cassiano Ricardo, intelectual ligado ao regime estadonovista. Em especial, nesta obra, o sentido de nação aparece como o que moveria o Estado, em conjunto com uma procura por unidade geográfica, populacional, com o objetivo de uniformizar a nação, através do trabalho e do sentido de civismo.

De maneira mais específica, a dissertação de mestrado intitulada “Um ‘desejo de cidade’, um ‘desejo de modernidade’. (Chapecó – 1931 – 1945)”, escrita por Francimar Ilha da Silva Petroli nos auxiliará a compreender algumas relações presentes durante o período do Estado Novo no contexto local, já que em parâmetros gerais se conectam. Não podemos negar a importância que esta política teve para a integração nacional, sendo a principal medida adotada por Vargas durante seu governo estadonovista. Medida que promoveu uma primeira identificação da população com sua nação, com o objetivo claro de mostrar que o território pertencia a alguém. E para Chapecó, este discurso ganha ainda mais sentido, pois os investimentos estaduais seriam destinados para promover esta política de integração. Segundo Petroli (2008, p.13), “para a elite de Chapecó, todos os colonos que estavam adquirindo terras no Oeste, muitos estavam contribuindo com a Pátria, com o desenvolvimento da Nação Brasileira”, e todas as dificuldades que poderiam enfrentar seriam justificadas por essa ajuda ao desenvolvimento nacional. Pensar o Governo Vargas sem analisar seus laços com as

oligarquias estaduais e regionais é um equívoco, já que tais processos foram decisivos para que pudesse se manter no poder e proporcionar as manutenções que estes sujeitos exigiam.

Há uma dedicação “às diferenças, aos debates e conflitos”, em que as preocupações se dão em torno do “simbólico e suas interpretações” (BURKE, 2008, p. 07), nesse sentido o conceito de Modernidade, apresentado por Walter Benjamin, em seu livro “A Modernidade e os Modernos”, apresenta a necessidade de perceber os espaços citadinos pela perspectiva dos admiradores, que prestam atenção nos detalhes que a vida corrida não deixa notar, sendo em Baudelaire que se “debruça” para fazer sua análise. Compreendemos por modernidade as transformações ocorridas em termos de produção do espaço, neste caso o urbano, tendo em vista os impactos técnicos e sociais que tais alterações provocaram.

Também em Richard Sennett, que apresenta as cidades como organismos vivos e ativos, pensando a cidade e a modernidade ocidental, ao colocar sua percepção de que a cidade nada mais é que um corpo em “carne e pedra”, título de seu livro Sennett, em sua análise, demonstra que a cidade é parte constituinte do modo como seus habitantes a tomam, já que procura “compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana” (SENNETT, 1997, p. 15). Em sua análise o autor busca entender as relações que permeiam as cidades, com a visão de que há dois sentidos para elas: velocidade e individualismo. A primeira, com relação às vias, que priorizavam o transporte de mercadorias, que necessitavam ser rápidas, com o sentido de serem as artérias das cidades, com largas avenidas, desencorajando as aglomerações, vindo de encontro com o segundo sentido, onde o contato coletivo dá lugar ao resguardo da privacidade e ao silêncio.

Em relação à cidade, também serão considerados os textos de Maria Stella Martins Bresciani e Sandra Jatahy Pesavento, que contribuirão na discussão a cerca das relações que envolvem as cidades. Serão levados em conta os modos de agir e sentir que condicionam os indivíduos em cada sociedade, fazendo um contraponto com a história do imaginário que diferente da história das mentalidades não pode ser vista como estática, devido à grande mudança que ocorreu no imaginário no percurso da história.

Outro autor que reflete sobre a importância dos discursos no fazer cidade é Robert Moses Pechman, que afirma ser parte constituinte das cidades e, conseqüentemente, do urbano e da civilização, as práticas discursivas de poder, pois “a cidade é o laboratório onde a civilização moderna está sendo gestada” (PECHMAN, 1997, p. 02). Sendo de

responsabilidade de a urbe criar uma sociedade ordeira, em constante progresso e com o anseio de modernidade. Para o autor, somente a parte material não constitui em algo moderno e urbano, o que caracteriza uma cidade são as relações praticadas no espaço, envolvendo uma “teia discursiva”, assim como as transformações no objeto de discurso: a cidade. “Para o bem ou para o mal, a civilização moderna não é possível sem a cidade. E a cidade não só como cenário, mas como consolidação inevitável da civilização” (PECHMAN, 1997, p. 06/07).

Entendemos que as cidades também estão inseridas neste contexto de compreensão das relações que envolvem tanto poder quanto modernidade, visando entender que se faz necessário construir a história por novos olhos, não apenas compactuar com uma “história oficial”, mas compreender quais outras possibilidades existem para perceber este passado. Ir além do que está aparente, visível, atuando nas subjetividades é tarefa crucial para uma análise pertinente, ao se tratar de História.

Em relação aos autores que discutem a historiografia regional, destaca-se Nodari (2009), Alba (2002), Belani (1991) e Werlang (2006) que trabalham conceitos acerca da colonização da região estudada, assim como as interferências dos discursos nacionais na constituição política da localidade. É na historiografia regional que nos respaldamos para compreender e questionar os processos de migração, colonização e modernização do espaço cidadão no Oeste de Santa Catarina.

Para realizar este trabalho, utilizaram-se três tipos de fontes, sendo elas: iconografias, periódicos e fontes cartográficas. Ao se tratar do acesso das fontes, encontram-se disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e na Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costela, que possuem em seus arquivos os materiais utilizados nesta pesquisa. Optamos por discutir a cidade por meio deste conjunto de fontes, por entender que as relações subjetivas que envolvem as cidades precisam ser analisadas por diferentes perspectivas.

De certa forma, as fotografias nos mostram certos pontos de desenvolvimento, desejos e realizações de uma cidade. Ao discutir a importância da fotografia, Walter Benjamin, nos relata que há uma sucinta diferença entre o que a câmera capta e o que os olhos viram. As relações que envolvem a fotografia vão além da imagem estática, impressa. Faz-se necessário compreender qual o sentido da mesma, qual seu objetivo, para qual fim fora destinada, ao

mesmo tempo entender que as iconografias nos abrem um campo vasto de interpretação, redimensionando a história escrita.

Com relação aos periódicos, de maneira especial o jornal “A Voz de Chapecó”, os quais foram selecionados os anos I, II e III, edições contidas em uma única pasta, da primeira publicação de 03 de maio de 1939 a 03 de setembro de 1941. Nesta seleção faremos a análise sobre as ligações entre o periódico e as relações políticas estabelecidas entre o governo nacional com as elites locais. Ao problematizar os periódicos, Tania Regina de Luca afirma que

a aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade [...], a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica (LUCA, 2010, p. 120).

É também objetivo desta pesquisa analisar e perceber as transformações ocorridas no espaço urbano por meio dos periódicos de circulação nos anos de análise. Os discursos apresentados nos jornais são de crucial importância quando pensamos no tipo de cidade que se desejava, pois é a partir deles que as relações de poder da elite urbana se constituem como normatizadoras de condutas e posturas.

Com relação às fontes cartográficas precisa-se compreender que os mapas formam uma estrutura de poder, pois questionar estas cartografias é um exercício demasiado complicado, pela credibilidade a elas empregada. Para J. B. Harley,

El mapa publicado tiene también una imagen bien tejida y nuestras lecturas tienen que ir más allá de la evaluación de la precisión geométrica, más allá de la ubicación de los sitios y más allá del reconocimiento de patrones y geografías topográficas. Esta interpretación comienza en la premisa de que el texto del mapa puede contener “contradicciones imperceptibles o conflictos de duplicidad” que deterioran la aparente superficial de la objetividad estándar. Los mapas son como clientes que se pueden ir (HARLEY, 2005, p. 11).

A análise dos mapas deve ser feita pensando além do que se vê, das suas linhas, escalas e dimensões geográficas, no que deixa de mostrar, redefinindo sua importância histórica na busca de significados alternativos. Assim como perceber que os discursos de poder e autoridade se legitimam em função dos mapas, em alguns casos, já que, um mapa não representa uma realidade sólida, também contribui para criar uma realidade distinta.

Cabe ao historiador compreender as diversas relações que envolvem uma imagem, um periódico, uma fonte cartográfica, sabendo que as interpretações sobre as fontes podem ser múltiplas, e entender que sua análise não é única e absoluta, em função das mudanças históricas e das possibilidades que as pesquisas adquirem e que despertam inquietações constantes e sempre atuais.

Em relação à organização desta pesquisa, foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Marchar é preciso: colonização com anseio de modernidade*”, dividido em dois subtítulos: “*Política Nacional e interiorização da nação*” e “*Colonização e Território*”, há a discussão de dois fatores importantes: o primeiro com relação à política nacional e o segundo sobre as elites locais. O primeiro fator, se refere ao projeto de nação proposto por Vargas, em integrar as regiões sertanejas aos centros urbanos, quase sempre litorâneos. Esta política de integração nacional, chamada “Marcha para o Oeste”, tinha um objetivo bem delineado, preencher os “vazios demográficos” e proteger as fronteiras existentes na parte Oeste do território nacional. O segundo fator diz respeito às elites locais. O desejo de urbanização de Chapecó estava aliado ao desejo nacional de tornar o Brasil uma nação moderna, com cidades planejadas e bem desenvolvidas, com o intuito de auxiliar este progresso nacional. Para a elite chapecoense era de suma importância que o projeto nacional obtivesse sucesso, já que os investimentos para a região seriam maiores, conseqüentemente, trazendo novos habitantes para a localidade. E esta urbanização está intrinsecamente ligada à migração, pois “as exigências dos migrantes que vão vagarosamente ocupando a ‘cidade’, está em consonância com as ideias de progresso que permeavam os discursos sobre a região” (LANCINI, 2003, p. 15).

No segundo capítulo, com o título “*Cidade, projeto e sujeitos*”, abrimos a discussão sobre os sujeitos que idealizaram a cidade, seus projetos e os conceitos que permeiam a problemática da cidade e urbano. Aborda-se os personagens que desenvolveram o papel de criar o projeto de cidade que posteriormente tentou se realizar em Chapecó. São sujeitos ligados ao poder local, que em diferentes esferas do poder interferiram na constituição da localidade enquanto desejo de algo em consonância com a política nacional. É neste capítulo que apresentamos os desenhos de cidade e suas discussões sobre o que entendemos por cidade, presente no subtítulo “*O que é a cidade?*”, suas relações com o urbano e as questões que envolvem o desenvolvimento de uma cidade.

O terceiro capítulo tem por objetivo suscitar o debate em torno dos usos do espaço, assim como os ideais de normatização, em construção nas décadas que envolvem o período de estudo deste trabalho, procurando refletir sobre quem são os indivíduos que formam a cidade, suas percepções e sentidos que atribuem ao local que estão inseridos. É neste capítulo que abordaremos em que sentido a normatização do espaço afeta os indivíduos ao limitar suas noções de cidade e de urbano.

## 2. MARCHAR É PRECISO: COLONIZAÇÃO COM ANSEIO DE MODERNIDADE

Ao percorrer o espaço citadino, na correria do cotidiano, marcado pela hora do relógio, deixamos de notar as particularidades que envolvem a urbe. Associado a isto, alterações sutis também deixam de ser percebidas, já que a admiração e a observação muitas vezes não são praticadas. Os estudos sobre as cidades demonstram que não podemos identificá-las como algo estático e imutável, pois são organismos vivos e ativos, como Richard Sennett nos apresenta. Ele pensa a cidade e a modernidade ocidental como um corpo em “carne e pedra”, título de seu livro.

Na análise feita em seu livro, Sennett considera a cidade como uma parte que constitui o modo como seus habitantes a tomam, já que procura “compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana” (SENNETT, 1997, p. 15). Para o autor, existem dois sentidos para compreender as cidades: velocidade, com relação às vias, que priorizavam o transporte de mercadorias, que necessitavam ser rápidas, com o sentido de serem as artérias das cidades, com largas avenidas, desencorajando as aglomerações, em consonância com o segundo sentido, a individualidade.

O individualismo traz a perda de noção de pertencimento, em que o contato coletivo dá lugar ao resguardo da privacidade e ao silêncio. Com relação ao individualismo, Maria Stella Martins Bresciani, também nos aponta que há uma racionalidade constituída, no intento de fornecer um anonimato aos indivíduos, em que estaria diluído entre os demais habitantes da cidade, que transforma as pessoas em uma “massa informe”, em que “se assemelha a todos, quando o que mais se deseja é a diferença” (BRESCIANI, 1993, p. 27). A individualidade urbana aparece como algo definidor das relações, já que estar “conectado” às outras pessoas não deixa as ligações conotadas de algo familiar, como algo próximo.

De forma recorrente, o que vinha sendo produzido sobre as cidades era um retorno às origens, com seu marco fundador, o nome de quem contribuiu e as datas comemorativas. Como efeito destes trabalhos, pouco se sabe realmente sobre as cidades. O olhar sobre as cidades têm ganhado uma perspectiva diversificada, que envolve áreas do conhecimento distintas, como por exemplo, a Arquitetura, Engenharia e História, apontando as especificidades desses espaços, bem como as possibilidades de estudos acerca do tema em

cada esfera do conhecimento. Nas últimas décadas, percebemos uma reaproximação entre história e arquitetura, com pesquisas que denotam a conectividade destas duas áreas do conhecimento, como um avanço nas pesquisas que reportavam a uma separação entre a arte criativa e a história da arte (BRESCIANI, 2014, p. 64). Nesse sentido, as pesquisas que englobam as relações entre o urbano, modernidade e progresso estão imbricados de maneira a se relacionarem.

Ao passar dos anos, em função das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas, podemos perceber que as cidades acabaram refletindo parte das relações que são visualizadas na sociedade. Segundo Richard Sennett, que faz uso de metáforas que envolvem o corpo humano para discutir e problematizar questões que permeiam a arquitetura, a cidade e o urbano, as mudanças e descobertas em relação ao corpo humano são fundamentais para compreender os avanços sociais e urbanísticos ao longo dos séculos. Para o autor, “as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam” (SENNETT, 1997, p. 17), já que são estas reações que ocasionam os impactos que hão de resultar nas alterações espaciais.

Utilizar ruas, vias, avenidas como centro de uma pesquisa denota uma atenção maior em relação aos objetivos pensados pelos seus executores. Neste sentido, fazer de uma avenida o objeto de estudo deste trabalho é suscitar um debate em torno dos sentidos que abrangem as cidades, bem como as relações entre urbano e modernidade.

Esta primeira parte da pesquisa será dividida em duas outras partes. Sendo assim, a primeira parte tratará das questões que envolveram as políticas nacionais de interiorização do país (Marcha para o Oeste) e os objetivos do Estado Novo em efetivar tais políticas, com o intuito de analisar como tais políticas ressoaram na constituição de Chapecó como município e na concretização dos desejos de modernidade que permearam os projetos colonizadores de cidade. Em relação ao segundo ponto a ser discutido neste capítulo, serão abordados os fatores que permitiram a colonização do território em que compreendeu a região denominada de “Velho Chapecó”, que envolve as disputas por terras, efetivação de divisas e criação da sede da empresa colonizadora. Nesta segunda parte, discute-se os antecedentes da colonização e o processo histórico que permitiu as alterações no espaço e as políticas aplicadas para a criação do posterior município. É nesta parte que, também, analisamos as condições de efetivação do poderio local e suas interferências na concretização do projeto de cidade.

## 2.1. POLÍTICA NACIONAL E INTERIORIZAÇÃO DA NAÇÃO

Chapecó, localizada no Oeste de Santa Catarina, local em que se situa tal objeto, nasce da necessidade de um movimento nacional de políticas públicas para preenchimento do território, assim como o sentimento de transformação que buscava o progresso e a modernidade. Mais que uma necessidade proveniente de mandos nacionais, as elites locais também moldam com ênfase as alterações que o espaço urbano chapecoense passa (HASS, 2000).

É necessário inserir, neste momento, os fatores políticos que permeiam as relações sobre o objeto de estudo, bem como a cidade que o abriga. Com relação às mudanças que citamos, podemos descrever dois fatores que são importantes para compreender este processo de busca por uma modernidade em Chapecó: o primeiro oriundo da política nacional, empreendida por Getúlio Vargas, possuidora do desejo de uma integração nacional das regiões interioranas com os grandes centros urbanos, localizados em sua maioria na faixa litorânea do país. Neste contexto, essa aspiração por uma integração nacional que procurava homogeneizar a política através de um sentido de ética, civilidade e disciplina, obtidas em função do trabalho, desejando um progresso da nação (LENHARO, 1986), e o segundo com relação a configuração da política local, com seus personagens, ideais e projetos de cidade, que procuraram organizar as práticas urbanas de maneira que acolhessem seus privilégios e os mantivessem.

Getúlio Vargas assume a presidência da república com o objetivo de romper com a política até então vigente, possuidora de uma predominância paulista e mineira na cadeira de chefe de Estado. É por meio de um golpe que passa a ser o presidente, que tinha como aspiração promover um reajuste político no país, na busca da eliminação de um inimigo, o comunismo. Coloca-se Getúlio Vargas como personagem principal dessas alterações que ocorreram, pois a partir dele, as concepções políticas teriam também sido alteradas, em que se coloca as relações com as oligarquias dominantes algo ultrapassado e sem importância para este novo período histórico (LENHARO, 1986).

O que conhecemos do Estado Novo, como uma ruptura de estrutura política, é repensada por Luciano Aronne de Abreu (2007), que nos apresenta uma visão diferente do que

teria sido esse período político nacional. Abreu discute o Estado Novo no contexto do estado do Rio Grande do Sul, mas determinadas questões apontadas contribuem para a discussão das relações entre determinados grupos e Vargas, aplicando-se para Santa Catarina, também.

Para o autor, neste período estariam inseridas as alterações que mudaram o foco econômico nacional de somente agrário para, também, urbano-industrial. O que não levamos em consideração, é que estas quebras, de fato, não ocorreram. Houve transformações dentro dessas oligarquias privilegiadas, que permaneceram com seus benefícios inalterados. O autor ainda nos diz que o Estado Novo não teve “uma estrutura de poder homogênea” e nem foi “um momento de ruptura absoluta em relação às influências regionais e oligárquicas” (ABREU, 2007, p. 14), ainda que sob a ótica nacional tenha ocorrido uma centralização do poder político, no que se diz respeito aos estados e regiões mais interioranas, como o caso de Chapecó, estas mudanças vieram mais sob forma de acordos políticos do que por imposições das políticas nacionais.

Para estas localidades, ainda segundo Abreu, as alianças políticas foram mais decisivas para o sucesso do plano estado-novista do que as obrigações nacionais destas medidas políticas. Nota-se que, para as cidades do Oeste brasileiro, com foco em Chapecó, estas interferências do governo nacional eram vistas como oportunidades de desenvolvimento para as localidades ainda em formação, como aparece no jornal “A Voz de Chapecó”, de 1939:

Foi com verdadeira satisfação que Chapecó ouviu o benemérito Presidente Getúlio Vargas reafirmar que o verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para Oeste, porque esta marcha muito interessa a Chapecó. (A Voz de Chapecó, n. 08, ano 1, 25/06/1939. p. 01)

Essas alianças foram possíveis, em função de um Estado de Compromisso. O conceito de Francisco Weffort, presente na análise de Abreu, explicita que seria um acordo entre o governo e as classes dominantes regionais, para a manutenção de privilégios, de forma a permitir as mudanças propostas, desde que, não fossem prejudicados. Sendo assim, a industrialização nacional só se consolidou em função destas alianças feitas entre o governo e as oligarquias regionais. Pensar o Governo Vargas sem analisar seus laços com as oligarquias estaduais e regionais é um equívoco, já que tais processos foram decisivos para que pudesse se manter no poder e proporcionar as manutenções que estas classes exigiam.

Além disso, deve-se acrescentar que este estado de compromisso não se deu apenas entre as forças políticas que ocuparam o poder federal, podendo ser percebido também em nível regional e mesmo nas relações entre os planos nacional e estadual. Em qualquer um destes níveis, [...] a quebra do estado de compromisso significou

um momento de ruptura institucional e da ordem política: em nível regional, desestabilizou o governo de Flores da Cunha e facilitou a implantação do Estado Novo; no plano nacional, levou à queda de Vargas em 1945. Já a manutenção do regime varguista, ao contrário, deveu-se justamente à conciliação de interesses entre os diferentes seguimentos políticos nacionais e regionais. (ABREU, 2007, p. 23)

Para o sucesso deste “estado de compromisso” se fez necessário um controle sobre todos os aparelhos que compunham o Estado. Por isso a centralização das ações nas mãos do presidente, sendo iniciativa dele todas as decisões, e também este pseudocontrole sobre os estados, a partir da nomeação de interventores nacionais. O papel destes interventores seria o de colocar os interesses políticos nacionais sempre acima dos regionais, de forma que todas as decisões tomadas chegassem ao conhecimento do presidente e, de certa forma, andassem em sincronia com as decisões nacionais, para dar a impressão de que tudo convergia para uma mesma direção. Em específico para Santa Catarina, o interventor fora Nereu Ramos, que tinha como política o processo de “branqueamento da população”, ponto que abordaremos com maior destaque mais adiante. Para Flores e Serpa, “Nereu Ramos desencadeou um processo de homogeneização cultural”, que atingia principalmente os colonos alemães, que foram privados da cultura de seu país de origem, nesta busca por uma identidade nacional (FLORES; SERPA, 1981, p.218).

Sobre as relações entre poder político e sua legitimação na sociedade, associado ao discurso político em torno da “Marcha para o Oeste”, apresentada por Cassiano Ricardo, intelectual ligado ao regime estado-novista, Alcir Lenharo nos apresenta, em seu livro *Sacralização da Política* o sentido de nação como motora do Estado, na busca por uma unidade, tanto em termos geográficos, como em relação ao povo, com a intenção de deixar o país com as mesmas cores, já que “do ponto de vista pedagógico do Poder faz-se preciso colori-lo com cores nacionais que exteriorizem a especialidade nacional” (LENHARO, 1986, p. 57).

Com este novo posicionamento nacional, com a relação entre política e Estado, o sentido de nação também se altera. Os ideais de civilidade e progresso passam a serem os motores nacionais. Para Lenharo,

A medida em que a pesquisa evoluiu, os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas ‘vazias’. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades. (LENHARO, 1986, p. 14)

Nesse sentido, um novo modelo de trabalho e trabalhador começa a ser moldado, agora no interior do país, pois na urbe essa relação já ocorre, um modelo “despolitizado, disciplinado e produtivo” (LENHARO, 1986, p. 15).

As medidas que envolveram o desejo de modernizar o interior do país foram pensadas em consonância com o medo de uma ameaça comunista, num “movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento” (LENHARO, 1986, p. 15), como se a nação não estivesse completa se estas políticas não se efetivassem. Neste sentido, Lenharo afirma que as políticas em torno da “Marcha para Oeste”, seriam obra dos trabalhadores, assim, cria a ideia de que passariam a constituírem-se como co-proprietários do território, conquistadores. (LENHARO, idem, ibidem).

Os aparelhos do Estado utilizam da representação de símbolos, propagandas, mitificação dos sentimentos e a empatia por um líder nacional para fortalecer seus ideais. Criam uma trama imagética que envolve o trabalhador, tanto urbano quanto rural, fazendo-o crer que todo o seu esforço no trabalho é em prol do crescimento da nação, em que produz o pensamento de serem parte constituinte, ativa e racional das relações que envolvem os processos de desenvolvimento nacional.

Alcir Lenharo expõe esta necessidade em controlar a população através de ações propagandistas. O autor afirma que a “intenção era espalhar essa carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor”, em que o retorno seria, politicamente, relacionado a um estado passivo da população, e com uma certa satisfação com as medidas propostas e não haveriam críticas sobre as mesmas. (LENHARO, 1986, p. 16).

Outro aspecto que merece destaque quando se analisam as cidades é referente à constante rapidez com que as relações sociais ocorrem no espaço citadino, desde o século XVIII. As relações sociais acompanharam as descobertas relacionadas ao corpo humano, e as cidades também se transformaram e se desenvolveram. Richard Sennett analisa as mudanças nas cidades através de analogias sobre as descobertas médicas, principalmente com relação à circulação sanguínea. Segundo Sennett, as descobertas médicas mudaram a forma como os urbanistas, engenheiros e arquitetos pensavam o desenvolvimento urbano, assim como a estruturação do centro das cidades. Ao mudar a forma como as pesquisas e descobertas médicas foram feitas, Sennett apresenta a ideia de que as cidades passam a ser vistas como

sendo partes constituintes do corpo. As políticas do Estado Novo em tornar possíveis cidades no sertão brasileiro demonstra a necessidade de conhecer melhor “o corpo”, utilizando todo o potencial do mesmo.

Assim, marchar para o Oeste era como uma nova descoberta médica, viabilizando um desempenho com maior aproveitamento. Podemos ver isso já nos periódicos em circulação na cidade de Chapecó, em que a afirmação “as estradas são as veias dos Estados” elucida a necessidade de uma integração entre litoral e oeste nacional.

Os municípios pois, nada mais são do que corpos reclamando veias por onde escoe o seu sangue, composto como o humano, de elementos heterogêneos, tais como produtos agrícolas, indústrias extrativistas e mesmo fabris. É este um apelo vital que parte de cada município do Oeste brasileiro. (A Voz de Chapecó, op. cit.)

Para Lenharo, o poder estado-novista apresenta em seu discurso relações, também presente nos estudos de Richard Sennett com o corpo. O autor apresenta as cidades como extensões do corpo, como um organismo vivo, que possibilita o entendimento de que a sociedade e suas relações estão conectadas como as partes do corpo estão. O Estado seria um organismo vivo, “associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso” (LENHARO, 1986, p. 17), identificado no Estado com as mesmas características, pois “suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado”, com relação ao território nacional, Lenharo nos diz que “é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece”, e sobre as classes sociais e o governante, o autor afirma que

as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 17)

O objetivo desta comparação com o corpo é criar relações sem conflito, pois como o corpo, as partes funcionam sem questionamentos e contradições, de maneira integrada, “tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras” (LENHARO, 1986, p. 18). Entra em jogo, aqui, uma nova organização de poder, uma pedagogia do corpo que resulta em uma nova dimensão social do trabalho.

Em seus estudos, Francimar Ilha da Silva Petroli nos apresenta as ressonâncias desta política nacional, no interior do país, pois

Poder-se-ia dizer que esta imagem é a própria expressão de todo um “desejo político”, muito presente no pensamento social e político brasileiro durante os anos

de 1930 e 1940. *Desejo político* de “conquistar o sertão”, no sentido de “civilizar”, de “integrar” o interior com os centros urbanos do País. Foi durante o Estado Novo que Vargas lançou o “grito de marcha para o Oeste”. Nas representações da época, o Oeste era visto como sendo o próprio “vazio”, o “mundo verde” que precisava ser “desbravado” (“vencido”). (PETROLI, 2008, p. 12)

Ao se referir ao estudo de Cassiano Ricardo, que escreveu “Marcha para Oeste”, Petrolí e Lenharo demonstram que o sentido de tal política era tornar o Oeste uma localidade próspera e voltada para os desejos da nação de civilidade, progresso e modernidade. Preencher os “vazios demográficos” era crucial para o avanço do país, pois “a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização” (LENHARO, 1986, p. 56), assim uma brasilidade seria construída em função desta interiorização, reduzida a termos geográficos e econômicos, não considerando as relações sociais que comporia esta equação. “O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apoiam: a unidade étnico cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro” (LENHARO, 1986, p. 57). Marcha, para Lenharo, caracterizaria um processo disciplinado, ordenado e orientado por uma fé, um entusiasmo, aos poucos, mas sempre em movimento.

Na busca por uma unidade, envolvendo os fatores moldes da sociedade estado-novista, há o desejo de mostrar a sociedade com as mesmas cores. Essas cores estariam relacionadas ao sentido de demonstrar que a sociedade, por mais desigual que seja, trabalha estas diferenças de forma positiva e apresenta soluções para uma convivência pacífica, sem conflitos e objeções. Cores estas que estariam associadas aos “construtores da nacionalidade”, que compunham os diferentes momentos da sociedade brasileira (índios, negros, imigrantes europeus). “Fica assim evidenciada a proposta da teoria da miscigenação pelos pensadores ‘autoritários’ como lastro de fundação do ser brasileiro”, desta forma diferenciando o brasileiro do estrangeiro (LENHARO, 1986, p. 56).

Os responsáveis por criar esta unidade, num primeiro momento da história nacional, segundo Cassiano Ricardo (1970), eram os bandeirantes, já que em suas incursões pelo Oeste iniciaram o processo de “desbravar os vazios”. Surge, então, a ideia de que durante o período em que os bandeirantes adentravam o Oeste, o Estado se configuraria de maneira “larval”, como algo resgatado pelos políticos do Estado Novo. Outro ponto que, segundo Ricardo,

constituiria o Estado Novo seria uma democratização racial, ocasionada pela mestiçagem. Para Ricardo,

Nesta democratização pela mestiçagem, três traços psicológicos formam a trama moral de cada bandeira: comando, obediência e movimento. O índio contribui com seu alto grau de adaptação e mobilidade no meio natural; o negro com a abundância de sentimento, calor humano e experiência sedentária nas lavras e na agricultura; o português com o seu espírito de aventura, capacidade de organização e comando (RICARDO, 1970, p. 277)

Fica claro neste trecho que havia um pensamento de que as contribuições que negros e índios dariam para a nação eram inferiores que as possibilidades de auxílio de portugueses e, posteriormente, de outros imigrantes europeus. O sentimento de que seria necessário “branquear” a nação para efetivar o progresso e desenvolvimento, numa projeção simbólica e nada sutil, de que o país necessitava “tornar-se branco”. Nota-se que deixar estes povos “em segundo plano” não é algo ao acaso, já que eles não foram considerados como pertencentes aos espaços que viriam a se tornar parte da marcha que ocuparia o Oeste. A ideia de um “vazio demográfico” demonstra o descaso do governo com estas populações e uma tentativa de apagá-los dos registros e, conseqüentemente, dos espaços que ocupavam.

Associado a isto, durante o Estado Novo, os projetos que visavam ocupar de forma massiva o Oeste vem em conjunto com uma autoridade nacional, oriunda de um “império do sentimento”, como afirma Lenharo. Para o autor,

A irracionalidade cresce quando condensa no estrangeiro a ameaça imperialista de contaminar a pureza do nacional. A retórica de “vencer os imperialismos estrangeiros” torna-se obsessiva e passa a exigir toda uma carga de normas e valores (exemplares na bandeira), imprescindíveis ao robustecimento da Pátria ameaçada. (LENHARO, 1986, p. 69)

Esse objetivo de manter o país num original, sem interferências externas, dos imperialismos em latente desenvolvimento, faz com que a marcha para o interior ganhe proporções e importância de carro-chefe da nação. É ela que vai mover os planos do governo em conseguir integrar a nação como era desejado. O receio de algo prejudicial externo faz com que as “contradições sociais e oposições de classe” sejam utilizadas como pretexto para justificar as políticas adotadas, como uma saída para o mau ameaçador. Nesta busca por uma justificativa para as políticas adotadas, “tanto a memória como a identidade foram utilizadas para homogeneizar a memória e a identidade nacional” (NODARI, 2009, p. 157). As medidas empregadas pelo governo, por meio dos discursos proferidos e pelas ações executadas corroboraram para que a ideia de uma nova identidade fosse necessária para a nação.

Esta identidade estaria ligada, principalmente pela questão racial, como uma discussão que precede o Estado Novo, pois ainda nos séculos XVII e XVIII as demandas identitárias são debatidas. No entanto, para o período analisado neste trabalho, as questões que envolvem o nacionalismo denotam maior importância, assim o caráter cultural da palavra etnia passa a ter maior magnitude ao se falar de construção de identidade, durante o governo Vargas, já que “nesta perspectiva, à nação brasileira, era possível um processo de *perfectibilidade*, pela via da regeneração, o que significava curar um país doente, mobilizando recursos que tirassem os brasileiros do atraso, da miséria e da falta de civilidade” (FLORES; SERPA, 1981, p. 224).

As questões referente a construção do Brasil como nação passam pelas discussões da definição de povo. É aqui que o processo de branquear a nação se insere. Não seria mais necessário trazer um contingente de pessoas predominantemente brancas para o país, mas era de crucial importância “conferir *status* de sociedade civilizada, pautada nos paradigmas europeus” (FLORES; SERPA, 1981, p. 218) para os grupos que já estavam aqui.

Com o desenvolvimento do nacionalismo, o Estado, que antecede a Nação, dando-lhe origem, procurou sufocar a heterogeneidade cultural e a diversidade étnica, tentando conformar uma identidade genuinamente brasileira. O discurso nacionalista tornou-se o suporte do *abrasileiramento*, assentado em bases epistemológicas que fabricam imaginários capazes de mobilizar toda sorte de recursos em torno de um único sentido. (FLORES; SERPA, 1981, p. 225)

Dessa forma, interiorizar a nação seria possibilitar que esta heterogeneidade fosse incorporada, unificando num projeto que impediria as diferenças culturais, “que destoassem do projeto do Brasil moderno e civilizado” (FLORES; SERPA, 1981, p. 226).

Compreende-se que as relações que envolvem o desejo de uma cidade moderna em Chapecó, são relações de poder, tanto um poder superior, como a política nacional de “ocupação de vazios demográficos” quanto um oportunismo das empresas colonizadoras que se aproveitaram desse momento para fornecer à região as vontades de grandeza, de progresso, em conjunto com esse ideal de civilidade e desenvolvimento.

É necessário, neste momento explicitar alguns fatores sobre a colonização do município de Chapecó, em que o objeto desta pesquisa se insere, passando assim, à segunda parte de nossa análise.

### 2.1.2. COLONIZAÇÃO E TERRITÓRIO

Chapecó, fruto desta política de preenchimento de território considerado demograficamente vazio, passa por diversas transformações até ter sua sede fixada, em 1931, em que suscita as oscilações do poderio regional para com este território. Os conflitos que envolvem o território em que se localizaria a cidade de Chapecó definiram onde as empresas colonizadoras fixariam sua sede. A constituição dos limites é importante para compreender como as relações com as terras ditas devolutas ocorreram.

O espaço territorial que hoje compreende os estados de Santa Catarina e Paraná foi local de disputa desde o período colonial, ainda com as definições do que seria pertencente a Portugal e Espanha. Segundo Renilda Vicenzi apenas em 1916, findado os conflitos da Guerra do Contestado que a localidade passou a se denominar “Chapecó”, tendo início dois anos após, as ações das colonizadoras (VICENZI, 2008, p. 40), que utilizaram o local com o intuito de comercializar a madeira e as terras da região, ocasionando um aumento populacional intenso, sendo possível a divisão em municípios, em anos posteriores (WERLANG, 2006, p. 14).

Para Petrolí, os anos entre 1917 e 1930 foram decisivos para a formação do território de Chapecó, pois sua sede municipal teve cinco alterações durante este período. Assim,

a sede foi fixada inicialmente em Passo Bormann, sendo posteriormente transferida para Xanxerê. Entretanto, no ano de 1923, a sede retornou para Passo Bormann. Por fim, no ano de 1930, ela foi novamente fixada em Xanxerê, sendo que acabou retornando, no mesmo ano, para Passo Bormann. O início da Era Vargas foi decisivo, porque em 1931 a vila sede passou a ser Passo dos Índios. (PETROLI, 2011, p. 08)

Além das alterações no espaço, há também a mudança do nome da localidade, que deixa de ser “Passo dos Índios”, em 1922 e passa a se chamar “Povoado Chapecó”. Esta alteração é decorrente da presença de empresas colonizadoras que se instalaram na região de forma mais expressiva a partir dos anos 1920, estendendo-se até os anos 1940, com uma melhor estruturação social da cidade definida. Para Eli Maria Bellani, a troca de nomes teria sido de iniciativa particular das empresas colonizadoras, não se caracterizando por algo que tenha partido da população (BELLANI, 1991, p. 18).

Segundo Rosa Salete Alba, a ocupação do território fora feita pelas empresas colonizadoras que receberam concessões do governo estadual para a realização de tal projeto, “trazendo famílias migrantes do Rio Grande do Sul, a maioria descendentes de italianos e

alemães” (ALBA, 2002, p. 18). Essas concessões só foram possíveis após findar os conflitos relacionados a definição dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, pois, segundo Peluso (1991) o próprio governo do estado sentiu-se mais seguro para fazer investimentos na região.

A possibilidade de envio de recursos para a região proporcionou grandes investimentos das empresas colonizadoras, esperando, como retorno, o desenvolvimento da localidade, além da obtenção de lucro e poderio regional. Em específico para Chapecó, a Colonizadora Bertaso fora a responsável por tais investimentos e pelas concessões estaduais, efetivando as primeiras melhorias para a localidade, entre elas a construção de estradas, que auxiliariam nas vendas das terras e a posterior criação de propriedade aos migrantes que chegavam. Pois segundo Alba,

Para uma região tão carente de todas as inovações tecnológicas, na época, as estradas eram as maiores e mais importantes inovações que os colonizadores poderiam produzir, e era através delas que seria escoada a produção procedente do trabalho realizado, e que também seria permitida a circulação de novos colonos compradores de terra, que se transformou em mercadoria, gerando renda aos desbravadores. (ALBA, 2002, p. 19)

Nesse sentido, aos olhos dos colonizadores, a região ainda era muito carente, tanto em densidade demográfica quanto em relação a recursos e políticas públicas. Ainda assim, segundo Petrolí (2008), há o desejo de uma elite emergente em transformar este espaço em algo moderno e desenvolvido, partindo do pressuposto de que seus investimentos seriam recompensados. Sobre isso, Mônica Hass afirma ser importante que a ideia de uma conectividade entre os poderes locais e nacionais sejam considerados, pois os aspectos políticos apresentam-se tão relevantes quanto os aspectos econômicos, já que o sistema político da região era constituído, basicamente, pelas relações coronelistas, dado a distância da capital, assim como os recursos provenientes da mesma (HASS, 2000).

Para compreender como este sistema coronelista fora possível, se faz necessário entender como a política local interfere na constituição do espaço, bem como na estruturação da cidade que se deseja construir. O território fora constituído, após findar os conflitos da Guerra do Contestado, como mencionado acima, e a partir de então as terras passaram a ser exploradas, sendo cobiçadas pela rica composição do solo e a presença de plantações de erva-mate e ainda, a possibilidade de extração da madeira e a comercialização das terras (WERLANG, 2006, p.15) pelas companhias colonizadoras, que se instalaram nas localidades.

A vinda de tais empresas para a região só foi possível graças às políticas de concessões de terras, nos espaços considerados terras devolutas. Por terras devolutas compreende-se as terras em situação ilegal, sem documentação que comprove a compra, sendo designados como “posseiros” quem se encontra nessa situação. Para Werlang essas terras, em sua grande maioria de posse de descendentes de portugueses, que até então não haviam se preocupado em legalizá-las, consideravam que as mesmas eram “terras de Deus”, portanto passíveis de posse (WERLANG, 2006, p. 32). Encontrando-se, assim, segundo Hass, em uma situação de estranhos nas próprias terras, pois suas contribuições eram mínimas, já que não geravam impostos, e em alguns casos ser feito o uso da violência para a retirada dos posseiros das localidades (HASS, 2000, p. 63).

Essas políticas nacionais implementadas na região, permitiram que se constituíssem na localidade uma força política própria, associada aos projetos nacionais de “redemocratização, a implantação do novo quadro partidário, bem como a relação que se estabelece entre políticos locais e estaduais, enfatizando a dependência da política municipal em relação à política estadual e federal, mediadas pelo sistema partidário” (HASS, 2000, p. 52), fornecendo a esse poder local autonomia nas decisões que cerceavam as discussões políticas que começavam a se estabelecer. Assim como, a cobrança por repasse de recursos para o desenvolvimento do município, ainda desprovido de políticas públicas efetivas.

Sobre a política local e a instalação do poder público, Vicenzi afirma que a instabilidade era presente nos primeiros anos do município, dificultando a constituição de medidas que beneficiariam a localidade, associado a distância da capital e a inconstância nas relações do poder local. Afirmando, ainda que

No período de 1917 a 1931, o poder executivo era estabelecido através de nomeações, caracterizadas por substituições e exonerações, em virtude de problemas que envolviam o policiamento, questões de cultivo, construção de escolas, abertura de estradas, falta de comunicação, dificuldade de locomoção e escassez de recursos econômicos (VICENZI, 2008, p. 43).

É com a passagem do governador Adolfo Konder pelo oeste do estado, em 1929 que as mudanças começam a se efetivar. Nesta viagem há a intenção de uma integração entre litoral e oeste catarinense, assim como um reforço nas políticas de “preenchimento demográfico”, com a vinda dos migrantes gaúchos, com o objetivo de interiorizar o país, acabando com as fronteiras econômicas, geográficas e culturais, deixando-as correspondentes com as fronteiras políticas (FLORES; SERPA, 1981, p. 217).

Figura 1: Visita do governador Adolfo Konder em uma propriedade ervateira



Fonte: Arquivos CEOM

A partir da consolidação do território, as medidas para a transformação do espaço se iniciam, com o intuito de formar uma cidade, permeada pelos desejos nacionais de prosperidade e modernidade, sem deixar de lado as particularidades oferecidas pelo poder local, que efetuaram e efetivaram um modo de relação social, política e econômica que propiciaram o desenvolvimento da região.

Deste modo a constituição de Chapecó, enquanto cidade, é analisada no capítulo a seguir, ao pensar nas relações entre poder local e efetivação de projetos. Há um projeto de cidade, desenvolvido por sujeitos que pensaram e executaram medidas políticas e econômicas para que este projeto pudesse tornar-se realidade. Apresentamos, também, neste segundo capítulo, a concepção de cidade abordada neste trabalho e o que entendemos por espaço urbano.

### 3. CIDADE, PROJETOS E SUJEITOS

Como apresentamos no capítulo anterior, Chapecó surge do desejo de uma elite em transformar o espaço em uma cidade moderna, em consonância com os projetos nacionais de uma nação próspera, civilizada e ordeira, ideais conseguidos através do trabalho e da passividade de seus cidadãos (LENHARO, 1986).

Neste momento é preciso que apresentemos os personagens que idealizaram os movimentos que viriam a ser os propulsores do desenvolvimento da localidade que analisamos neste trabalho. É a partir destes sujeitos que será possível compreender como os discursos normatizadores de modernização se efetivaram, assim como a propagação de ideais de civilidade através do jornal “A Voz de Chapecó”, que atua na intenção de levar informação e, também, formar o cidadão chapecoense sobre questões envolvendo o funcionamento da cidade e seus projetos para a localidade.

Para pensar a modernidade de uma localidade é necessário que uma análise sobre os sujeitos que compõe a sociedade seja feita, em que se analisa o modelo de cidade que se desejava criar, pois eram os principais interessados que a modernização do município, ainda em formação, ocorresse.

Para a formação da sociedade, alguns personagens desempenharam papéis importantes. Entre eles, segundo Scheila Maria Bolzan, Antônio Selistre de Campos e Vicente da Cunha são fundamentais para compreender os processos de modernização de Chapecó. Para Bolzan,

Selistre de Campos tinha uma relação estreita com a família Bertaso – responsável pela colonização da cidade – e também era amigo de Vicente da Cunha. Este último foi advogado da mesma família e diretor do periódico “A Voz de Chapecó” – primeiro jornal escrito do município, criado a partir de uma necessidade percebida pelo grupo, e que teve papel importante na proliferação da prática discursiva – (BOLZAN, 2017, p. 17).

Por ser juiz de direito, Selistre de Campos tinha por objetivo “consolidar a ordem local” (PETROLI, 2008, p. 74), escrevendo, também, no periódico da localidade uma série de artigos sobre questões indígenas. Além de sua atuação como diretor do jornal da cidade, Vicente da Cunha também teve um papel político expressivo em Chapecó. Em 1936 fora eleito vereador pelo partido integralista, em 1944 assumiu o cargo de secretário da prefeitura e

prefeito de Chapecó em 1947. Atuando em conjunto com a Empresa Colonizadora Bertaso, já que ambos sujeitos possuíam ligação com Ernesto Bertaso, e também, com seu filho Serafim, no projeto de construção de uma cidade próspera, que “detinham influência econômica e política nas décadas anteriores se preocupavam muito em construir uma cidade projetada para o futuro, ideal e moderna, de acordo com os princípios considerados civilizados” (BOLZAN, 2017, p. 17).

Figura 2: Construção da Avenida Getúlio Vargas e, ao centro Selistre de Campos.



Fonte: Arquivos CEOM

Com o pretexto de estarem preocupados com o desenvolvimento da cidade, os responsáveis pelo periódico “A Voz de Chapecó” utilizavam o veículo para a propagação de ideais particulares, em consonância com o projeto político da colonização. Permeiam as relações pertencentes ao meio público de Chapecó os ideais da vida privada, é nesse sentido que as fontes jornalísticas devem ser analisadas, segundo Petrolí, “embora os editoriais mostrassem sempre esta relação de defesa do público sobre o privado” (2008, p. 74).

Para Fernando Vojniak (2004) as estruturas que moldam este período podem ser denominadas de relações patriarcais, pensando nas conexões entre os agentes do poderio

colonizador, que atuavam como coronéis e, ainda possuíam a alcunha de padrinho ou até mesmo uma espécie de pai para a população, já que as benfeitorias e mudanças na localidade eram conseguidas em função de suas atuações políticas e contatos importantes na obtenção de verbas e recursos. Em Chapecó esses sujeitos são, em sua maioria, ligados às empresas colonizadoras, refletindo na imagem da família Bertaso.

De maneira a legitimar este prestígio que as empresas colonizadoras possuíam alguns mecanismos foram utilizados, entre eles o uso da imprensa local como meio de propagar as ideias de cidade e progresso, entendidas como fundamentais para o desenvolvimento da localidade. Para tal, é fundado o periódico “A Voz de Chapecó”, em 03 de maio de 1939, como um semanário independente, modesto (possuía apenas 4 páginas) e destinado aos “homens simples”, especificado em seu editorial de primeira edição. Aos colonos (“homens simples”) seriam transmitidos conhecimentos básicos em artigos que apresentariam “noções de ciências, artes, higiene, estatísticas bem como exigências fiscais, modificações na legislação e o que for ocorrendo no comércio, indústria, inclusive agricultura” (A Voz de Chapecó, nº 1, ano 1, 03/05/1939, p. 01).

Há, no periódico, a ênfase na adesão ao compromisso com a Constituição de 1937, com foco na defesa da segurança nacional, bem como na existência de um projeto que visava a transformação da realidade local, mesmo com as dificuldades presentes. Salienta-se o papel dos “homens de coragem”, que enfrentaram o desconhecido subjugando o medo e que visavam o desenvolvimento da região, no desejo de “justiça, progresso e valor”, na idealização de um jornal pensado para o bem comum, fugindo de desejos privados.

Nota-se, também, uma preocupação com a nacionalização do país, em especial com os núcleos estrangeiros presentes no Oeste, em relação a um medo do comunismo através da influência de um pensamento estrangeiro, enfatizado nos artigos publicados no periódico, a necessidade de uma ação persuasiva, mas não agressiva para com os colonos. Há uma inquietude sobre como seria a integração desses estrangeiros na vida política nacional, pois, ao apontar os ideais dos colonizadores, Petrolí afirma que

Os sujeitos não teriam culpa de estar isolados da vida nacional, sem conseguirem até mesmo falar a língua portuguesa. Em termos políticos, a situação seria o próprio resultado da política brasileira, dos governos e partidos anteriores que somente “cobravam impostos e monopolizavam os votos, nas empreitadas da politicagem” (PETROLI, 2008, p. 72/73).

A crítica apresentada é em relação ao papel que estes sujeitos exerceriam para a formação da sociedade idealizada. Mesmo em consonância com os discursos nacionais, reforça-se que o principal objetivo é despertar o interesse sobre a região, em específico para Chapecó, conectando esta necessidade com o desejo do colonizador.

Ao tratar-se dos desejos do colonizador, é necessário lembrar que as mudanças na sede do município refletem o poder de decisão que os sujeitos desempenhavam na localidade. O fato de, em 1931, a sede do município ser fixada em Passo dos Índios, local em que a Empresa Colonizadora Bertaso estava estabelecida, nos faz refletir sobre as influências que tais sujeitos possuíam para determinar a fixação da sede municipal na sua área de atuação. É de 1931, também, o primeiro desenho de cidade, mesmo a localidade ainda estar permeada por conflitos de fixação e ter a estigma de sertão.

A representação de cidade, neste desenho da década de 1930 necessita ser questionada. Observa-se que há um título, um carimbo, designando ser o Plano Diretor de Chapecó, no ano de 1931, porém, encontramos nos periódicos de anos posteriores à atribuição deste desenho uma discussão sobre a grafia de Chapecó, em relação a uma alteração nas iniciais (substituição do “CH” por “X”).

Versava-se em saber se essa palavra, que é nome de um dos mais importantes municípios do Estado, e do rio assim chamados, deve ser ou não escrito com x inicial ou com o fonema Ch. Depois de expor a dúvida, afirmando que há muitas divergências a respeito da grafia desta palavra, conclui que a explicação mais aceitável é que se trata de um vocábulo tapuia, derivada de CHA, que é fusão de CHI, significando brilhante, e EÇA, olhos, se referindo a olhos d'água. (A VOZ DE CHAPECÓ, n. 1, ano 1, 03/05/1939, p. 02)

Assim, nota-se que esta denominação de Plano Diretor ao desenho analisado é posterior à sua concepção, pois segundo Petrolí (2008) as discussões acerca de planos diretores não é condizente com o período em que analisamos neste trabalho. Entretanto, este desenho, sendo um primeiro esboço do que esperava-se que a cidade se tornaria, fora projetado de forma que tudo se concentrasse no que viria a ser o centro da cidade.

Figura 3: Desenho inicial da cidade de Chapecó, datado de 1931



Fonte: Arquivos CEOM

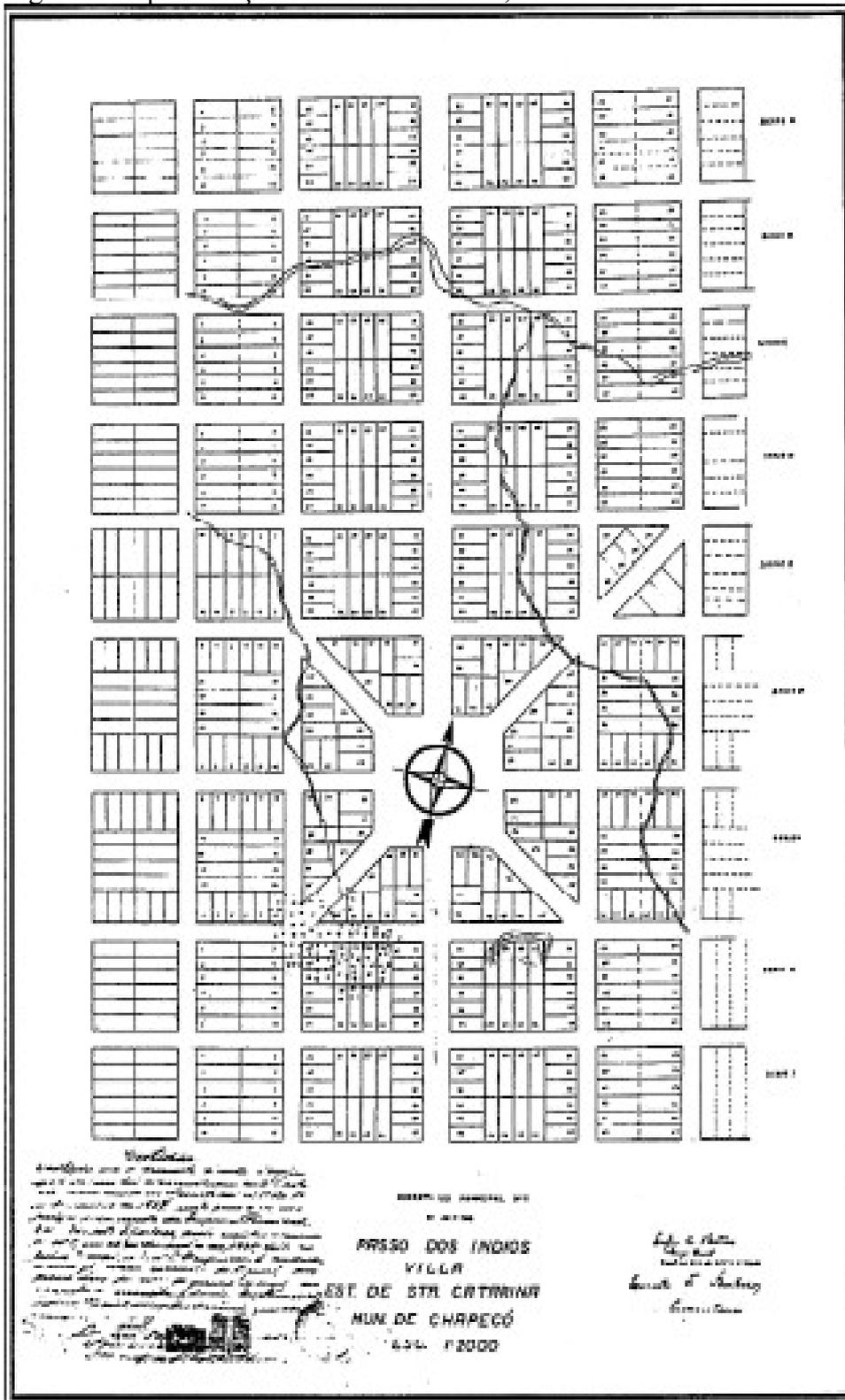
As ruas são bem delimitadas, mesmo o espaço apresentado neste desenho compreende uma área consideravelmente pequena, nota-se que há uma preocupação com as quadras, pensadas como um tabuleiro de xadrez, nas mesmas medidas e conectadas por uma avenida em linha reta que perpassa todo o desenho, que possibilita um crescimento futuro que permaneça com os mesmos traçados, e um espaço centralizado destinado à construção da igreja e praça, com ruas que convergem para este espaço, bem como os imóveis com objetivo de abrigar os poderes públicos, sendo um projeto de cidade moderna, mas não concretizado. Não concretizado, pois nestes primeiros anos de constituição de território citadino, os avanços em relação à normatização do espaço ainda são muito iniciais, pois demonstra que o desejo de construção de cidade e a possibilidade de realizar este projeto estão distantes da realidade.

Neste sentido, podemos elaborar dois questionamentos acerca da fabricação desta primeira representação cartográfica, segundo Petrolí (2008). A primeira, em relação a uma elevação do status da localidade, ainda vila, como forma de promoção e incentivo de recursos para o desenvolvimento do lugarejo. Em relação a segunda hipótese, Petrolí levanta a possibilidade de um discurso voltado para a imagem do Coronel Bertaso, como o sujeito que

idealiza, projeta e acaba executando os planos para que, de fato, o espaço escolhido para ser a cidade prospere.

Em 1938, há a elaboração de um segundo desenho. Este tem dimensões maiores do que seria o centro da cidade, bem como apresenta um esquadramento de mais ruas, e apresenta uma “interiorização urbana”, o que faz pensar que entre 1931 e 1938 há um desenvolvimento populacional na localidade, o que desencadeou em uma preocupação em ampliar as áreas correspondentes ao que denominamos aqui de centro da cidade. Neste desenho, as discussões sobre uma possível invenção também se apresentam. Há a inscrição na representação “Plano Urbanístico da vila Passo dos Índios (município de Chapecó)”, em que suscita o questionamento acerca das denominações posteriores, pois, como já apresentamos, os debates sobre planos diretores e planos urbanísticos são posteriores às datas discutidas neste trabalho.

Figura 4: Representação de cidade moderna, datada de 1938.



Há permanências entre um desenho e outro. Nota-se que, neste segundo desenho, de dimensões maiores, há uma avenida, a Getúlio Vargas, de 40 metros de largura, que perpassa toda a extensão representada. As quatro ruas centrais, também são mantidas, fazendo com que os posteriores crescimentos da cidade mantivessem este desenho inicial.

Cabe aqui, pensar como este projeto fora pretendido pelo poder local. Através da análise das fontes, podemos perceber que, como dono da Empresa Colonizadora, Coronel Ernesto Bertaso tinha uma ideia de como seria a cidade de Chapecó, mas não possuía conhecimento técnico para efetivar seus planos. Neste sentido, levantamos a hipótese de que a idealização de cidade é de responsabilidade de Serafim Bertaso, filho do coronel e com formação em Engenharia Civil, pela Escola de Engenharia e Faculdade do Estado do Paraná, concluindo sua graduação em 1935, pois era assinado por ele, no periódico da cidade os artigos que discutiam acerca do espaço urbano e suas prerrogativas para um funcionamento adequado.

É necessário frisar que a família Bertaso, como sujeitos com posses de terras nas áreas do centro, fora quem disponibilizou os lotes para construção do centro urbano. Petrolí afirma que,

o coronel preocupava-se muito com o crescimento de Chapecó, por isso todos os empreendimentos que poderiam trazer progresso recebiam seu total apoio. Sendo assim, ele não era somente um vendedor de terras, era também um sujeito com autonomia para doá-las. Sendo também possível afirmar que o coronel, apesar de não ser o construtor dos respectivos desenhos, mapas da cidade., teve enorme influência na sua idealização e tentativa de concretização. (PETROLI, 2008, p. 94/95)

Assim, podemos afirmar que, a partir da família Bertaso e do seu papel na sociedade chapecoense, a cidade acaba tomando forma e concretizando-se como lugar moderno, desenvolvido e em constante progresso.

Necessário lembrar que questionar a veracidade de um documento oficial, como estes em questão, nos deparamos com a necessidade de pensar sobre as atribuições de verdade que um documento recebe. Pensando, a partir de Petrolí (2008), pode-se discutir os usos e atribuições para este primeiro projeto de cidade, considerando que mapas, tidos como detentores da verdade não costumam ser questionados, já que “uma vez inserida num texto publicado, as linhas do mapa adquirem uma autoridade que pode ser difícil de deslocar” (HARLEY, 2005, p. 19).

Sendo assim, um dos objetivos destes desenhos seria promover Chapecó ao restante do estado como uma localidade moderna, associado ao projeto de modernidade do Coronel Bertaso, que inaugura os desejos de cidade ainda nos anos 1920, com uma estabilidade política na região e com sua posterior fixação da sede municipal na área de atuação da Companhia Colonizadora, no anseio de que maiores investimentos fossem deslocados para o Oeste, além da ambição de possibilitar o desenvolvimento local, como forma de aumentar suas rendas e lucros.

Para compreender de forma mais adequada os conceitos que utilizamos nesta pesquisa é necessário discutir sobre os mesmos. Assim será feito a seguir, ao nos referirmos sobre “cidade”, explorar-se-á quais os usos deste conceito e o que é pertinente ao desenvolvimento deste trabalho.

### 3.1. O QUE É A CIDADE?

É oportuno pensar sobre qual a conceituação de “cidade” que se apresenta neste trabalho. Para isso, utiliza-se do livro “O que é cidade”, escrito por Raquel Rolnik, que analisa as cidades desde os primeiros indícios do aparecimento delas. Para Rolnik “a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza” (ROLNIK, 2004, p. 08), já que os processos que envolvem a sedentarização humana proporcionaram uma nova relação entre o homem e a natureza, ocasionando um domínio do território de forma permanente. Assim, por meio destas alterações que o meio acabou sofrendo, fez com que as sociedades se desenvolvessem ao longo do tempo e proporcionasse o avanço e modificações constantes no espaço e nos próprios indivíduos. Pode-se dizer, ainda, que

Esta paisagem é humana, histórica e social; existe e se justifica pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade. É produzida e justificada pelo trabalho enquanto atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, cores, usos etc. (NEVES, 2009, p. 02)

Neste sentido, a cidade passa a se constituir a partir das atividades humanas, denotando um maior grau de desenvolvimento em função das interferências e inter-relações entre espaço e indivíduos. Em relação ao espaço urbano, é preciso pensá-lo como “produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos”

(CARLOS, 2009, p. 50), referente ao homem e sua relação com a natureza, que passa por transformações ao longo do tempo. Assim, o processo de urbanizar os espaços parte de uma sensibilidade dos indivíduos que participam do movimento de fazer cidade, essencial para a possibilidade de desenvolvimento dos espaços.

Ao se tratar de Chapecó, evidenciamos que a cidade é fruto de uma idealização política, como já abordado, pois somente se estrutura como cidade após findar os conflitos envolvendo a fixação de sua sede, que ocorre em 1931, deste mesmo ano a primeira representação encontrada do que viria a ser o centro da cidade. Podemos afirmar, então, que a cidade de Chapecó é proveniente de forças políticas que pensaram e concretizaram as relações para que ela fosse realidade. Assim, ao definirmos o que entendemos por cidade, fica claro compreender como os processos que envolveram Chapecó foram realizados e quais as atribuições que estes mesmos processos ocasionaram na idealização de um espaço urbano condizente com a sociedade que se formava, bem como os discursos que caracterizam a cidade como uma construção política.

Ao decorrer do desenvolvimento de Chapecó, através das fontes, identificamos uma precariedade em relação ao modelo de construção que estava sendo efetivado. Como ilustrado na Figura 5, logo abaixo, nota-se que, as poucas casas que aparecem, são de madeira, a rua não é pavimentada, provavelmente sendo de terra (“chão batido”), acredita-se, também, que o acesso à água potável e luz elétrica, para este período ainda não seja uma realidade, pois, a luz elétrica somente é instalada na década de 1940.

Figura 5: Abertura de ruas e construções



Fonte: Arquivos CEOM

Para Jussara Moreira de Azevedo, que discute os usos da fotografia na história das cidades, há uma relação entre o tipo de fotografia produzida e o objetivo de sua produção. Com um breve retrospecto da história da fotografia, narra como houve a evolução da fotografia e as alterações nos seus propósitos. Ao adentrarmos no século XX, com o advento da urbanização das cidades e o desenvolvimento de novas tecnologias, as fotografias aparecem como aliadas na constituição da modernidade sonhada.

Azevedo ainda diz, que

As fotografias urbanas, são construções visuais, recortes interessados de uma intrincada malha que são as cidades. O que vemos são fragmentos de cidades imaginadas, desejadas ou não, cujas imagens constroem e instituem significados. Assim, vamos produzindo olhares sobre os lugares e, deste leque de representações, alguns passam a constituir nossas próprias maneiras de narrar a cidade em que vivemos (AZEVEDO, 2015, p. 467).

A fotografia se apresenta como um dos elementos que formam as narrativas das cidades, constituindo uma teia de explanação que nos permite compreender como a cidade aparece e permanece na história. Neste sentido, é necessário encarar as fotografias como

estilhaços do passado, em que cada partícula nos leva a um ponto de sua história e nos permite revisitar e, ainda, reviver o que foi proposto na imagem capturada. Ainda segundo Azevedo, as fotografias representam um certo grau de instrução “sobre a vida contemporânea, inventando, recompondo e estabelecendo identidades para a cidade” (AZEVEDO, 2015, p. 467), sempre associado ao objetivo de permear determinada realidade, compondo um jogo entre o que é representado nas fotografias com o que se propunha mostrar, com uma ligação intrínseca entre produção e poder político. É sobre esta ideia de ligação entre produção e poder político que passamos a discutir neste momento.

Quando uma fotografia é produzida, alguns fatores precisam ser analisados com maior cautela, pois o fato de a fotografia existir já é indicativo de análise, então os pressupostos da sua existência também necessitam de indagações. Como, por exemplo, por que registro de determinados espaços em detrimento de outros? O que faz com que o fotógrafo se posicione em um ângulo “x” e não “y”? Quais os usos destas imagens quando foram feitas? Quem as produziu? Existia alguma motivação política ou eram apenas registros de curiosos?

Na Figura 6, podemos pensar algumas das questões acima pautadas. Ao visualizarmos a imagem, percebemos que se trata de uma representação do cotidiano da cidade, com circulação de pessoas e veículos, além de toda a questão já observada na figura anterior, em relação as questões de organização espacial. O que queremos enfatizar aqui, é o posicionamento do fotógrafo, que oculta elementos que ficam as suas costas. O que será que se encontra atrás das lentes da câmera? Acreditamos que o objetivo desta fotografia seja exemplificar como a cidade está se organizando em questões de convívio social, mas não deixa de levantar o questionamento sobre o que não aparece, já que, o não aparecimento também deve ser analisado.

Figura 6: Cotidiano da Cidade



Fonte: Arquivo CEOM

Outro fator que merece destaque, ao refletir sobre as atribuições das fotografias é a nítida divisão entre urbano e rural que a cidade apresenta. Tanto na figura 5 quanto na de número 6, notamos que o rural e o urbano ocupam o mesmo espaço, com uma certa disputa entre os dois âmbitos, como se o urbano estivesse sobressaindo-se ao rural. Na observação das imagens, de acordo com o posicionamento do fotógrafo, é o que podemos supor, pois, nas iconografias apresentadas, a intenção é demonstrar como a cidade está progredindo, está em desenvolvimento. O espaço que a cidade ocupa fica entre estas relações de disputa que sobrepõe o rural ao urbano, deixando claro que o objetivo dos sujeitos que pensaram Chapecó era transformá-la em sinônimo de desenvolvimento, é por isso que os aspectos que recordam um passado rural, sertanejo não aparece nos registros iconográficos.

Quando nos referimos ao passado sertanejo que nesta nova configuração de cidade precisa ser deixado de lado, estamos recordando das políticas da Marcha para Oeste, que tinha por objetivo justamente apagar o aspecto de sertão que estas regiões possuíam. No entanto, no periódico selecionado para esta pesquisa encontramos edições que discordam deste argumento, mesmo com o nítido o desejo de tornar Chapecó uma cidade próspera e moderna.

Na edição do dia 11 de junho de 1939, como forma de explicar a uma leitora da cidade de Porto Alegre que achou, pelo exemplar que havia lido, Chapecó uma cidade em pleno avanço, os editores do periódico deixam claro que, mesmo com todo esse desejo de tornar a cidade uma referência para a região ao se tratar de desenvolvimento, muito ainda carecia para que isso fosse, de fato, uma realidade.

Devemos explicar que esse não é o nosso desejo, não queremos dar uma idéia falsa ou artificial da realidade desta povoação.

Chapecó é um vilarejo do sertão, sem conforto, com falta de iluminação elétrica, tendo menos de cem casas habitáveis, construídas de madeira, e ás quaes um dos nossos colaboradores classifica como caixões.

Esta é a realidade. (A Voz de Chapecó, nº6, ano 1, 11/06/1939, p. 2)

Ao citar a aparência das residências e mencionar um colaborador, é uma referência à Serafim Enoss Bertaso, que escrevia artigos com relação a sua formação, Engenharia Civil, com assuntos que buscavam normatizar as construções da cidade e deixar o centro mais organizado. Serafim, em um de seus artigos publicados no jornal caracteriza como as construções devem ser feitas, para que possam integrar os espaços da cidade, dizendo que as casas construídas na cidade, até o presente momento não podem ser denominadas como habitações, pois “são sem gosto, sem estética e sem técnica” (A voz de Chapecó, nº 1, ano 1, 03/05/1939, p. 2), chamadas de “caixões”, por não apresentarem janelas e serem feitas de madeira, em sua grande maioria.

É importante ressaltar que tais artigos aparecem na primeira edição do periódico, demonstrando que esses assuntos eram inquietações dos que o produziram antes mesmo de o jornal estar concretizado. Frisa-se também, que Serafim tinha acabado de concluir seu curso superior e havia retornado à Chapecó para trabalhar junto a empresa de sua família, atuando como consultor da prefeitura e escritor no periódico. Ainda sobre este artigo de Serafim Enoss Bertaso, ele reconhece que a população não possui o conhecimento para realizar construções mais elaboradas, mas que o poder público deveria agir como intermediador para que as próximas construções seguissem um certo padrão.

Serafim escreve que

A culpa, no entanto, não cabe a população, que não tem quem a oriente. Compete ao poder público lançar as normas para quem quer construir, como seja fixar as dimensões mínimas dos prédios, das suas janelas, da altura da casa e exigir, pelo menos em algumas ruas previamente determinadas, a apresentação de um projeto, que merecerá ou não a aprovação do poder competente. Evitar-se-ia, assim, que o lastimável aspecto que produzem os galpões e casebres de nossa rua principal se propagasse. (A Voz de Chapecó, nº 1, ano 1, 03/05/1939, p. 2)

Nota-se uma preocupação latente em relação ao poder público e a atuação do Estado para que passem a pensar na constituição da cidade como um lugar ordeiro, civilizado e, sobretudo, bonito. Mais que determinar como o centro deveria ser e como construir neste espaço era uma medida para que os indivíduos mais pobres não tivessem acesso ao centro como lugar de habitação.

Figura 7: Organização da cidade



Fonte: Arquivos CEOM

Na figura 7, podemos entender como o centro estava organizado. As casas de madeira estão dispostas de ambos os lados da larga avenida, com cercados que tinham por objetivo deter os animais que pertenciam aos habitantes, tanto de estimação quanto para fins alimentícios. A vegetação ao fundo da imagem é ainda bem densa, demonstrando que ainda existiam áreas não desbravadas. Percebe-se, também, que a rua ainda é de terra, denotando que a pavimentação ainda não fora realizada, assim como a ausência de postes de iluminação, enfatizando que esta fotografia é anterior aos anos 1940. É sobre esta disposição que lembra interior que Serafim escrevia no periódico da cidade. Para ele, esta configuração não estaria de acordo com os desejos de tornar Chapecó uma localidade referência para a região, pois ainda era um vilarejo, um sertão principiando em seu desenvolvimento.

Em relação aos estudos de Serafim Enoss Bertaso e seus escritos sobre organização da cidade, podemos considerar que suas aspirações estavam de acordo com as discussões nacionais e, até internacionais, acerca da construção de cidades. Petrolí (2008) afirma que, esta “preocupação moderna” em construir uma cidade com a possibilidade de desenvolvimento mantendo os traçados originais (como os elaborados para Chapecó) faz parte de toda uma política de idealização do espaço que teria iniciado ainda no século XIX.

Os avanços do capitalismo promoveram profundas alterações nas cidades. E com isso, projetos de desenvolvimento das cidades com o objetivo de torná-las mais organizadas,

funcionais e com o espaço higienizado, proporcionando mudanças na forma que os habitantes da cidade interagiam com os espaços urbanos. Assim foi na Paris de Haussmann, que modificou a maneira de pensar as cidades e que transformou o jeito de planejar as cidades, aplicada também ao Brasil quando foram realizadas as mudanças no Rio de Janeiro. Para Petrolí, ao se tratar de Chapecó,

Toda essa idealização de cidade teve como base concepções científicas e políticas, embora estivesse mesclada com as características locais, pois é o colonizador (Bertaso) foi quem exerceu maior influência nas decisões de onde seria construída a igreja, a praça, a prefeitura, a câmara de vereadores, a cadeia pública, o cemitério, etc. (PETROLI, 2008, p. 98)

Ao pensar na constituição de Chapecó enquanto cidade é preciso refletir que estas relações que moldam as discussões sobre a modernidade também estiveram presentes na elaboração dos projetos de cidade, não como cópias, como enfatiza Petrolí (2008), mas como correntes de pensamento que permearam o início do século XXI e que normatizaram as práticas de pensar as cidades. No Brasil, em especial, no ano de 1935 ocorreu, em Salvador um evento que discutiu como as políticas de urbanização deveriam ser aplicadas.

Este evento, que ocorreu entre 20 e 27 de outubro, contou com palestras sobre “urbanismo, segurança, arborização, zoneamento, monumentos e patrimônio, sugestões para plano diretor, etc.” (COSTA, 2015) que ampliou as discussões da época em relação ao tipo de cidade que estavam sendo reestruturadas no país e quais as projeções para o futuro.

As discussões neste evento foram a partir da ideia de que o urbanismo é uma ciência, e como tal possui duas orientações: ordenar e harmonizar. Segundo Costa (2015), ao analisar os anais do evento, era necessário conhecer como a cidade estava para conseguir aplicar estas orientações. “Assim, devem-se estudar os usos, costumes tendências e aspirações do povo” (COSTA, 2015), de maneira que a cidade ficasse dividida em zonas, e cada zona exercesse uma função, sendo elas tanto para habitações quanto para fins econômicos. Ao referir-se ao centro, este seria um espaço destinado a “abrigar bairros de caráter administrativo, universitário, misto ou residencial-comercial” (COSTA, 2015), com o objetivo de tornar a cidade simétrica e visualmente agradável, assim, promovendo uma higienização nos centros das cidades.

Felipe Caldas Batista, em sua dissertação que tem por título “*Em busca da ‘cidade civilizada’: Planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*”, analisa como estes ideais

debatidos durante a primeira metade do século XXI foram decisivos para modificar o modo de pensar as cidades. Para Caldas Batista (2014) estes modelos de transformação urbana que ressoaram pelo mundo todo, a partir da Paris de Haussmann até chegar ao Brasil, com as reformas no Rio de Janeiro e, também em Salvador, sendo muito bem-aceita pelas elites brasileiras que, através de planos de embelezamento alteraram a forma que as cidades eram idealizadas.

Com relação a Semana de Urbanismo, Caldas Batista apresenta a ideia de uma “cidade civilizada”, que

atendia aos ideais **estéticos** provenientes de cidades norte-americanas e europeias, de **segurança** e suas condições de vigilância dos bairros, da eficiência do **tráfego** (pessoas, carros, mercadoria, fluidos...), das condições de **higiene** e da **pedagogia** dos pobres urbanos segundo uma ordem urbana desejada por estas elites (CALDAS BATISTA, 2014, p. 58, grifos do autor).

A Semana de Urbanismo também abordou as maneiras de ver a cidade, com a produção de denominações de “cidade errada” e “cidade certa”. A “cidade errada” era entendida como aquela que fora se desenvolvendo sem controle, de maneira espontânea. “São lugares que atentam contra a higiene, além da dificuldade de transporte e com ruas consideradas fontes de acidentes, além de apresentarem valores estéticos prejudicados e sacrifício de conforto” (COSTA, 2015).

Em relação às “cidades certas”, ou em processos de correção, estas seriam sinônimos de progresso, de futuro. Eram cidades pensadas, com a contribuição do poder público e dos indivíduos que constituíam as cidades, possuindo uma organização espacial e oferta de serviços de qualidade. Estas cidades corrigidas tinham por objetivo impedir que uma nova ocupação desordenada ocorresse, priorizando medidas que controlariam como o espaço seria apropriado pela população. Para Caldas Batista

a “cidade perfeita” ou “civilizada” é aquela que assumiu a direção inflexível do plano de conjunto, seguindo às técnicas da urbanística moderna. Ela é fruto do método e do raciocínio geometrizado dos engenheiros e harmoniosa e equilibrada pela ação do esteta e do “médico das cidades”. A “cidade certa” tem suas circulações desimpedidas e funções bem localizadas. (CALDAS BATISTA, 2014, p. 85)

Podemos afirmar que, ao projetar a cidade e defendê-la no jornal da cidade, Serafim Enoss Bertaso estava de acordo com toda essa problematização que vinha sendo discutida em Salvador. O que nos leva a acreditar que sua formação acadêmica deve ter moldado a forma como idealizava as cidades, resultando em sua atuação em Chapecó. Na figura de número 8

podemos visualizar estas divisões em zonas, pensadas em Salvador e, também, aplicadas em Chapecó.

Figura 8: Chapecó como cidade em processo de correção



Fonte: Arquivos CEOM

A configuração de cidade apresentada nesta imagem demonstra que há uma fragmentação entre o que seria urbano daquilo que estaria caracterizado como rural. Nota-se, ao fundo da imagem a presença da capela e maior concentração de residências do lado direito, indicando que este espaço seria o centro da cidade. Por sua vez, do lado direito o número de habitações é menor, demonstrando que esta região da cidade ainda estaria em processo de desenvolvimento. Podemos perceber, também que a aparência das casas já não são como as anteriormente denominadas “caixões”, ainda são feitas de madeira, mas contam com uma apresentação que estaria nos padrões para Serafím Bertaso.

No capítulo seguinte, debateremos quais os sentidos dos usos da cidade e em que medida os ideais de normatização moldam as relações dos indivíduos que formam as cidades, bem como refletir sobre quem são os cidadãos e qual seus papéis na construção das cidades, assim como compreender os aspectos subjetivos da cidade, que a transformam em palco de inúmeras interações, entre espaço e indivíduos, que permite a existência de uma história imaterial das cidades.

#### 4. OS LUGARES DA CIDADE

Mais que compreender como a cidade é caracterizada se faz necessário entender como estes espaços são utilizados e de que maneira os ideais de normatização ressoam pela cidade. Já analisamos como o município fora constituído, associado a uma política nacional, no desejo de integração do país, corroborando com a ideia de uma nação próspera, ordeira e voltada ao trabalho (LENHARO, 1986). Neste sentido, esta parte do trabalho busca entender como os espaços urbanos foram utilizados pelos cidadãos, compreendendo suas atribuições como condutores da sociedade, observadores e agentes de mudança, assim como os usos de reforço das políticas locais e nacionais, ao encontro dos desejos de modernização e civismo que o período caracterizava.

Podemos entender os usos e atribuições da cidade ao longo do tempo como algo que constantemente remete a questionamentos. A letra escrita por Demétrio Panarotto, integrante e compositor da Banda Repolho, datada de 1997, com o título que denomina estar referindo-se a cidade em que o disco fora produzido, demonstra que os usos do espaço urbano continuam sendo problemáticas atuais. Este trecho, explicita que os locais de diversão são mínimos ou nulos na cidade, devido a toda uma construção de que a cidade fora pensada para progredir economicamente, deixando os aspectos de lazer em segundo plano.

Eu moro na cidade a cidade é Chapecó  
 No centro e nos bairros são tudo uns bocó  
 De dia não tem nada de noite também não  
 E nos fim de semana todos lá no calçadão  
 E todos se encontram lá no calçadão  
 (Banda Repolho, 1997)

Há uma relação entre as pessoas que moram/vivem nas cidades com o tipo de cidade que se pretende formar, perpassando uma noção de direito à cidade. David Harvey, em seu livro “Cidades Rebeldes”, aborda este tema no sentido de pensar e problematizar o papel dos indivíduos na construção da cidade, em termos subjetivos. Para o autor, o direito à cidade

é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende de inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28)

Ao refletir sobre esta conceituação, notamos que pode-se chegar a duas interpretações. A primeira em relação ao caráter individual deste direito, já que partimos dos nossos anseios

de como a cidade deve se constituir. Aqui aparece nossas ambições e aspirações de uma cidade ideal aos nossos olhos. Já o ponto seguinte, refere-se aos anseios coletivos, proporcionados por políticas públicas que, por meio de consenso, em muitos casos, encontra um meio de suprir as necessidades dos habitantes da cidade. Neste sentido, o caráter coletivo do direito à cidade, apontado por Harvey, estaria relacionado aos planos e planejamentos feitos e realizados pelo poder público na cidade. É neste ponto que a normatização do espaço se insere. Pois, mais que realizar desejos e aspirações, o objetivo de normatizar o espaço é torná-lo padrão, deixá-lo com aparência de algo constituído como um todo desde seu início, e não uma construção social do urbano.

Nesta ideia de construção social do urbano, podemos pensar nos sentidos que a urbe suscita em seus habitantes. Para Reis as ruas e calçadas simbolizam as divisões sociais entre público e privado, constituindo espaços importantes de convívio social. “As duas não são nada, senão reflexão e refletores da realidade do local” (REIS, 2016), integrando sociedade e indivíduos. Ainda segundo Harvey, as cidades necessitam de uma reivindicação do papel dos indivíduos, no sentido de colocá-los como agentes transformadores, descaracterizando a atribuição de meros expectadores. Milton Santos considera que o território define como o indivíduo irá se comportar, como uma questão de identidade territorial, ocasionando uma igualdade entre os cidadãos. Esta igualdade, estendida a todos, suporia um acesso equivalente aos bens e serviços essenciais para a dignidade humana (SANTOS, 2007).

Andar pelas ruas da cidade necessita de um exercício de reflexão, em que podemos nos questionar sobre quais as atribuições de fazer parte de uma cidade? O que isso implica na formação dos cidadãos? Como isso afeta o desenvolvimento da cidade? Os projetos de urbanização refletem estas questões quando pensados? Sabe-se que este tipo de pergunta não é feita em nosso cotidiano, já que estamos tão imersos em nossa rotina que não deixamos espaço para problematizar os efeitos de participar de uma sociedade, não refletimos sobre as relações que permeiam a urbe, seu papel e importância.

Ao nos referirmos a esta necessidade, recordamos de um sujeito que vive a cidade e a pensa, enquanto caminha por ela. Este indivíduo é o *flâneur*. Mais que andar pela cidade, o flâneur experiencia o passado urbano através da observação, assim, percebe as ressonâncias mantidas ao longo do tempo, entrelaçada nas paredes, no chão, na paisagem. Torna a cidade algo mais subjetivo, mas nem por isso menos palpável. Sobre o flâneur, em especial,

utilizamos as reflexões de Sérgio Paulo Rouanet e Nelson Brissac Peixoto, que analisam o escrito “Passagens” de Walter Benjamin.

Nesta reflexão, os autores discutem o que transforma um simples cidadão em flâneur. Segundo Rouanet e Peixoto, a relação de estar inserido na cidade e ao mesmo tempo distante dela é o que caracteriza o flâneur, associada a uma história da cidade e do próprio indivíduo. “Ele despreza a história convencional, que afasta do concreto, mas fareja na história a cidade e a cidade na história” (ROUANET; PEIXOTO, 1992, p. 50), enfatizando que as subjetividades estão presentes na história das cidades e por meio delas.

Assim, o flâneur apresenta uma dualidade presente nas cidades, pois ao mesmo tempo que pertencente a ela, como “entidade concreta, com suas ruas, praças e sistemas de transporte”, deixa de fazer parte da urbe, pois ela se configura como um sonho, com seus personagens reais e alegóricos, “tudo o que a cidade contém e a própria cidade, absolutamente tudo está mergulhado no sonho, e como tal tudo é ambivalente” (ROUANET; PEIXOTO, 1992, p. 71), demonstrando que o indivíduo tem duas funções quando se insere nas cidades, uma ao se sentir parte da cidade exercendo seu papel de cidadão, com suas atribuições sociais envolvendo a cidade, como o voto, moradia, saúde, educação. Na segunda função, mais idealizada do que real, se situa a cidade sonhada, a que explana os desejos dos que habitam, de como a cidade deveria ser para abarcar todas as necessidades individuais.

Para além do que é possível ver, quando tratado de alterações espaciais, há que se considerar as mudanças subjetivas. A cidade passa a ser lugar de discussões, enfatizando a multiplicidade de análises possíveis de se realizar quando se trata do urbano. Segundo Sandra Jathay Pesavento, “a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitarem proximidades propicia” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Nesse sentido, nos referimos à Chapecó como um espaço que possibilita múltiplas análises, que permite compreender o desenvolvimento da cidade por diferentes perspectivas. Assim, tomamos as ruas como o centro da discussão, problematizando seus usos e pensando em suas ressonâncias na sociedade. Sabe-se que é nas ruas que encontramos a definição do que é participar da vida nas cidades, assim como é nas ruas que conseguimos sentir a cidade e captar suas histórias. As ruas assumem a função de externar o que acontece no interior das

residências, como se fossem portas de conexão entre público e privado. Assim, como parte fundamental das cidades, as ruas se configuram como elos de ligação entre os indivíduos e a sociedade, e é nas ruas que as relações sociais são firmadas, que nos posicionamos politicamente, que consumimos, que nos divertimos. São nesses espaços que praticamos nossa liberdade e nossa cidadania de maneira mais expressiva.

Comum a muitas localidades do Brasil são os desfiles cívicos, que comemoram datas oficiais do país, como o 7 de Setembro. Chapecó também participa destes ritos cívicos, e cabe aqui ilustrar como as ruas são utilizadas para demonstrar que há um sentimento nacional convergente, em que todos se alegram e comemoram com o mesmo objetivo: saldar a nação que fora “liberta” e que passa a ser independente.

Figura 9: Desfile Cívico



Fonte: Arquivos CEOM

Na figura de número 9 podemos perceber que mesmo a cidade sendo algo muito recente, sem pavimentação, com poucas residências nessa área que denomina ser o centro, os desfiles cívicos aconteciam. Nesta imagem, há a existência de uma banda que conduz o cortejo, seguida por um grupo de meninas, todas vestidas iguais, enfatizando o caráter normativo deste rito. São poucas as pessoas que observam o desfile, mas as que se fazem presente nesta fotografia permanecem em posição de sentido, o que nos faz acreditar que a ideia de um respeito pela pátria era algo comum e cobrado de quem participava do trajeto.

Podemos, fazer uma comparação entre a figura de número 9, acima exposta e discutida, com a de número 10, em relação aos usos da cidade e seu desenvolvimento em um curto espaço de tempo.

Figura 10: Desfile Cívico. Cidade melhor estruturada



Fonte: Arquivos CEOM

Na figura de número 10, nota-se que o centro da cidade está melhor organizado, apresentando casas de alvenaria, que em nada lembram as caracterizadas “casas caixão” denominadas por Serafim Bertaso, há também um número mais expressivo de espectadores neste desfile, e até mesmo, um cortejo maior, com vários grupos uniformizados e alinhados descendo a rua, numa demonstração de civismo ainda presente na atualidade.

Aqui, podemos discutir como a cidade se apropria de discursos e os integra a sua realidade. Chapecó ainda se consolidava como cidade, permeada por interesses do poder local que, por meio da imprensa, buscava moldar a população na construção de uma localidade que estaria voltada para o futuro, com os mesmos ideais e sonhos. Assim, a cidade aparece como um fator de confirmação de aspirações anteriores, como um mecanismo de efetivação, primeiro se projeta, depois aplica-se e, então, confirmam-se os desejos.

Nota-se, ao analisar as fontes, que os discursos aparecem sempre como uma maneira de tornar as coisas mais fáceis para a população, já que, em sua grande parcela, é composta por sujeitos não letrados e, que encontram nos discursos prontos uma forma de fazer parte da

sociedade, além de promover o acesso à informação, em relação ao que acontecia na cidade e região. Ao pensar em discurso é necessário questionar qual o sentido que damos a esse conceito neste trabalho. Para isso, utilizamos das discussões de Mônica da Silva Cruz, que escreve sobre os significados dos discursos na constituição de uma subjetividade urbana. Para a autora, “a Análise do Discurso, como ferramenta de leitura e interpretação, trata de buscar na poeira do passado os nossos discursos do presente” (CRUZ, 2009, p. 75), permitindo, assim, que questionemos o passado tendo como concepções análises que priorizam o entendimento do presente. Desse modo se caracterizam as relações sociais, que possibilitam ao indivíduo captar os movimentos que a sociedade produz e apropriar-se deles. Isso também ocorre nas cidades, para Cruz a cidade passa a ser

um labirinto sem paredes que provoca leituras sobre sua forma de se mostrar. Para uns, ela é espaço, para outros, lugar, a cidade é assim, abrigo onde se situam muitos e distintos enunciadores, localizados em distintas posições, configurados em passantes que vão de um lado a outro, pelas faixas, semáforos, pelas calçadas, ruas, casas e avenidas (CRUZ, 2009, p. 79).

Assim, os espaços da cidade passam a moldar como os sujeitos irão se comportar, tanto para a sociabilidade acontecer quanto para sentirem-se parte da composição da cidade. Em Chapecó há a preocupação de que estes espaços sejam ocupados de maneira ordeira, civilizada e com o objetivo de desenvolver a localidade, como já apontamos. Neste sentido, Petrolí (2008) afirma que existia uma preocupação de que o projeto do colonizador fosse de fato efetivado, através de uma série de medidas adotadas, na ideia de que num futuro elas garantissem o progresso da cidade. O autor expõe que

a modernidade poderia ser construída no presente, mediante o empenho (trabalho) dos imigrantes colonizadores, além das ações (investimentos) do poder público (Estado Novo). E o progresso (futuro de Chapecó) seria fruto do trabalho (de rompimento com o passado) realizado no presente. Por isso, a modernidade em Chapecó pode ser pensada por este viés: uma modernidade desejada e construída a partir do presente, das preocupações com o presente, sendo que o progresso seria o resultado desse esforço, do desejo político de modernidade, da preocupação política com a civilização dos meios coloniais, e com a superação do isolamento social e político do Oeste (PETROLI, 2008, p. 123/124).

Se faz necessário frisar que, para as décadas de 1930 e 1940 os discursos sobre a cidade envolvem muito mais o conceito de modernidade que o de modernização, pois entendemos, conforme Petrolí (2008), que “modernização” está mais para as alterações no que já existe, o que não se encaixa para Chapecó, que tem sua modernidade constituída nestas décadas e é somente nos anos 1960 que passa a existir uma discussão sobre remodelações da cidade, ao passo que a modernização começa a ser debatida. Estes discursos sobre a

modernidade de Chapecó, passam por um interesse político das elites que constituem a localidade, mas não somente, pois são atreladas as configurações políticas nacionais, que através do Estado Novo possibilitou que a existência de novos projetos de cidade pudessem ser concretizados.

Mais que projetos políticos, as cidades se configuram a partir de uma subjetividade que transcende suas construções, sua materialidade, e passa a apresentar duas categorias de cidade, segundo Pesavento (2007): uma cidade real, palpável, ao alcance das mãos, que é construída, (re)configurada e constitui o local em que circulamos cotidianamente. A segunda categoria faz referência a uma cidade imaginária, que aparece como “motor de ação do homem ao longo de sua existência” (PESAVENTO, 2007, p.11), que desperta sensações e extrapola os sentidos, que caracteriza o flâneur e suas andanças pela cidade. Sendo assim, para a autora, existe uma história cultural urbana, que procura buscar uma cidade “que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Assim, a cidade se configura como um pensamento, que torna possível as relações sociais e a formação de uma conectividade entre espaço urbano e sujeitos.

Nesse sentido, ao questionar os usos da cidade precisamos analisar estas duas esferas de sua existência, já que além do que pode-se perceber de material, de palpável nas cidades, que por si só já é possível problematizar, encontramos também o caráter subjetivo das cidades que nos despertam sensações e desejos. É nesta cidade que projetamos nossos anseios, planos, medos e esperanças, na expectativa de sermos contemplados com o que pensamos, na produção de um espaço urbano mais humano.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tornou-se possível em função de toda uma política em torno do discurso de progresso que moldava as relações presentes durante o Estado Novo que ressoaram por Chapecó, fazendo que as cidades fossem pensadas, idealizadas e concretizadas em torno de desejos de civismo, modernidade, tudo em razão do trabalho e ordem que ocasionava o progresso.

Ligado ao desejo do poder local e nacional, que envolviam questões de povoamento expressivo nas áreas do Oeste brasileiro, Chapecó é inserida e formada para suprir esta necessidade de progredir. Analisou-se aqui, os processos de construção de cidade, antes mesmo de existir uma cidade, já que os projetos foram pensados, desejados de maneira que fossem aplicados em um futuro, como algo já planejado, com o objetivo de criar um horizonte de desenvolvimento e modernidade, através de dois desenhos de cidade, que, como vimos, procuraram nortear a ocupação urbana, tanto do momento de criação quanto de um futuro cidadão.

Envolvendo estes processos, analisamos de que forma a imprensa chapecoense corroborou para a efetivação deste projeto nacional, assim como sua atuação ao promover medidas para normatizar a cidade, envolvendo práticas de higiene e regras para construções no perímetro que compreendia ser o centro da cidade. Este periódico estava diretamente ligado com o poder local, como analisamos, pois sua direção e membros do corpo editorial faziam parte da elite chapecoense, com vínculos, principalmente, com a Colonizadora Bertaso.

Ao refletirmos sobre a importância que as cidades possuem na constituição do conhecimento histórico focamos em um novo modelo de análise, fugindo dos exames simplistas que apenas pensam nos elementos fundadores sem os problematizar. Procuramos compreender que, além das cidades possuírem uma história marcada pelas suas construções e pelas pessoas que nela vivem e viveram, pensam e idealizaram, há todo um aparato subjetivo que transforma a cidade em ideias, aspirações e sentimentos. Deixa a cidade contar sua própria história através de sua esfera material, mostrando que além do tijolo e concreto há toda uma sensibilidade imaterial que precisa ser analisada, associada, ainda, com todo o contexto social que faz das cidades concentração de desejos e vontades políticas.

Por meio das fontes selecionadas e das leituras realizadas para a efetivação desta pesquisa, conseguimos realizar a discussão sobre as especificidades que a urbe possui e, ainda, problematizar os sentidos de se empreender análises deste molde, associada a variedade de pesquisas já efetuadas sobre este tema. O conjunto de fontes, em especial, demonstrou que o objeto de estudo pode ser cercado por diversos ângulos, como forma de melhor compreender suas ressonâncias na sociedade e nos anos de análise.

Realizou-se a discussão por meio de três capítulos. O primeiro, que se dividiu em dois subtítulos, discutiu a face política nacional e sua relação com as elites locais. A primeira em relação a política nacional, em que explanou-se sobre o projeto político empreendido por Getúlio Vargas, que objetivava efetuar uma integração nacional, entre litoral e sertão (regiões a oeste), através da política chamada “Marcha para Oeste”, que tinha por propósito esta ocupação de áreas consideradas vazios demográficos e, também, a proteção de fronteiras. Cabe ressaltar, aqui, que estas áreas não estavam desocupadas, habitavam a região populações indígenas e caboclas, descaracterizadas pelo governo nacional, pois, simbolizavam um “atraso” para a modernização do país, por não contribuírem com sua força de trabalho.

Em relação as elites locais, analisadas no segundo subtítulo, destacou-se o desejo de uma urbanização em Chapecó, associado aos ideais nacionais de progresso e desenvolvimento das cidades. Neste subtítulo, questionou-se as relações entre os desejos nacionais e as efetivações políticas em Chapecó, por meio de interferências do poder local, que esperavam a concretização das políticas nacionais para obterem um retorno de seus investimentos, bem como um movimento migratório para a região, fazendo com que o desenvolvimento fosse conseguido, de alguma forma.

O segundo capítulo abordou as discussões sobre os sujeitos que pensaram a cidade e implementaram ações de desenvolvimento através do acesso ao poder local e, também, a discussão sobre o que entendemos por cidade, urbano através dos desenhos de cidade e suas problematizações. É neste capítulo que debatemos como os sujeitos moldaram os ideais privados para atenderem as necessidades públicas de Chapecó, caracterizado por um modelo patriarcal coronelista.

O terceiro, e último, capítulo apresentou as questões que envolvem os usos do espaço urbano, bem como os ideais de normatização que estavam em vigor nos anos 1930-1940. É neste capítulo que debatemos quem utiliza a cidade e que perfil têm esses indivíduos, como

percebem a cidade e que sentido atribuem ao espaço citadino. É também neste capítulo que discutimos que usos as cidades têm feito de suas ruas e como é a relação das ruas com a população.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007;

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

AZEVEDO, Jussara Moreira de. **O Enquadramento: um olhar sobre a cidade, a fotografia e sua história**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BANDA REPOLHO, Chapecó. **Volume 1**. Chapecó, 1997. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/repolho/chapeco.html>>. Acesso em: 16/05/2018.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**. Florianópolis: UFSC, 1991.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 6, n. 8, jul. 2014.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Nas ruas, os caminhos da cidade. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra; PASSOS, Maria Lúcia Perrone (org). **Cadernos de História de São Paulo**, n. 2, jan-dez, 1993.

BOLZAN, Scheila Maria. **Política, discurso e cidade**. Chapecó – SC, início dos anos 1950. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó – SC, 2017.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2ed. Rio de Janeiro, 2008.

Caldas Batista, Felipe. **Em busca da “cidade civilizada”**: Planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40, Dissertação, UFBA, 2014.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-2001.p. 2-71.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

- COSTA, Eduardo A. G.. **A Semana de Urbanismo de 1935 em Salvador**. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 16, n. 182.03, Vitruvius, set. 2015  
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.182/5689>> Acesso em: 21/04/18.
- CURZ, Mônica da Silva. Pelas vias da cidade: espaço, memória e produção de subjetividades. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus [org]. **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A Hermenêutica do vazio: Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP, n. 0 – SP: EDUC, 1981.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.
- HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.
- HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000.
- LANCINI, Marília Mallmann. **Chapecó em fotos: 1940 a 1980**. Chapecó, 2003; Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UNOCHAPECÓ.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas – São Paulo: Papirus, 1986.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010;
- NEVES, Paracy Corrêa. **A formação do Espaço Urbano**. In: II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História. UFG/UCG, Goiânia – Go, 2009.
- NODARI, Eunice Sueli. **A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina**. História Oral (Rio de Janeiro), v. 12, 2009.
- PELUSO JÚNIOR, Victor A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **Abertura**. Revista Brasileira de História. Vol. 27 nº 53. São Paulo Jan/Jun 2007.
- PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011.
- PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade”. Chapecó, 1931-1945**. UFSC: Florianópolis, 2008.

REIS, Rodrigo Pereira dos. Ruas, calçadas e parques. As formas de espaço público. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 17, n. 193.03, Vitruvius, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.193/6144>> Acesso em 21/02/2018.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROUANET, S. P; PEIXOTO, N. B. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?** In: Revista USP. Dossiê Walter Benjamin. 1992. p. 50-75.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: ARGOS, 2008.

VOJNIAK, Fernando. **“Iluminar a inteligência e educar a afetividade”**: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950 – 1970). Programa de Pós-Graduação em História, UFSC. Florianópolis, 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. A atuação da Companhia Territorial Sul-Brasil. Chapecó: ARGOS, 2006.